

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



4.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1259

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

12.ª Reunião - Sessão Ordinária de Fevereiro (1.ª Reunião) - Realizada em 2018/02/27

- **Deliberação n.º 72/AML/2018 - Voto n.º 012/07 - «Voto de Pesar pelo falecimento de João Varela Gomes»** - Subscrito pelo Grupo Municipal do BE
pág. 736 (128)

- **Deliberação n.º 73/AML/2018 - Voto n.º 012/08 - «Voto de Pesar pelo falecimento de João Varela Gomes»** - Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP
pág. 736 (130)

- **Deliberação n.º 74/AML/2018 - Recomendação n.º 012/07 - «Por melhores e mais dignas condições de trabalho no Município de Lisboa»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP
pág. 736 (131)

- **Deliberação n.º 75/AML/2018 - Recomendação n.º 012/08 - Retificada - «Pela regularização da situação contratual dos trabalhadores autárquicos com vínculos precários»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP
pág. 736 (132)

- **Deliberação n.º 76/AML/2018 - Recomendação n.º 012/09 - «Trabalhadores dos espaços verdes do Município»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV
pág. 736 (133)

- **Deliberação n.º 77/AML/2018 - Voto n.º 012/02 - «Voto de Louvor Carla Salsinha»** - Subscrito pelos Grupos Municipais do CDS-PP, PS e PSD
pág. 736 (134)

- **Deliberação n.º 78/AML/2018 - Voto n.º 012/05 - «Voto de Protesto - Encerramento da Livraria Aillaud e Lellos»** - Subscrito pelo Grupo Municipal do MPT
pág. 736 (134)

- **Deliberação n.º 79/AML/2018 - Voto n.º 012/06 - Retificado - «Voto de Condenação pelo encerramento das estações dos CTT»** - Subscrito pelo Grupo Municipal do PEV
pág. 736 (135)

- **Deliberação n.º 80/AML/2018 - Moção n.º 012/01 - «Por uma solução sustentada do espaço associado à concessão da Marina do Parque das Nações»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do PS
pág. 736 (136)

- **Deliberação n.º 81/AML/2018 - Recomendação n.º 012/01 - Resultante do parecer da 3.ª Comissão Permanente sobre a Petição n.º 15/2017** - Subscrita pela 3.ª Comissão Permanente
pág. 736 (137)

- **Deliberação n.º 82/AML/2018 - Recomendação n.º 012/05 - Retificada - «Aplicação azulejar já executada no «Quarteirão da Suíça» na Praça da Figueira»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do PPM
pág. 736 (138)

- **Deliberação n.º 83/AML/2018 - Moção n.º 012/02 - «Pela defesa e despoluição do Rio Tejo»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do BE
pág. 736 (139)

- **Deliberação n.º 84/AML/2018 - Recomendação n.º 012/15 - Retificada - «Processionária (Lagarta do Pinheiro) no espaço público e estabelecimento de ensino»** - Subscrita pelos Grupos Municipais do CDS-PP e do PPM
pág. 736 (140)

- **Deliberação n.º 85/AML/2018 - Recomendação n.º 012/16 - «Por um controlo de Pragas mais eficaz»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do MPT
pág. 736 (140)

- **Deliberação n.º 86/AML/2018 - Recomendação n.º 012/19 - «Hospital Veterinário Solidário Municipal para prestação de cuidados médicos-veterinários a animais de municípios que comprovadamente auferiram baixos rendimentos ou de associações de proteção animal»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do PAN
pág. 736 (141)

- **Deliberação n.º 87/AML/2018 - Moção n.º 012/03 - Nova Versão - Retificada - «Pela suspensão das ações de despejo nas casas de guarnição da Guarda Nacional Republicana**

na Estrela e na Ajuda e por uma solução para os inquilinos no Bairro da GNR na Ajuda» - Subscrita pelo Grupo Municipal do BE
pág. 736 (142)

- **Deliberação n.º 88/AML/2018 - Recomendação n.º 012/13 - «Medidas contra o Bullying ou Mobbing Imobiliário»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do BE
pág. 736 (143)

- **Deliberação n.º 89/AML/2018 - Voto n.º 012/03 - «Voto de Saudação - Dia Internacional da Mulher e a Luta pela Igualdade»** - Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP
pág. 736 (144)

- **Deliberação n.º 90/AML/2018 - Voto n.º 012/04 - «Voto de Saudação - Saudação - 8 de Março - Dia Internacional da Mulher»** - Subscrito pelo Grupo Municipal do PEV
pág. 736 (145)

- **Deliberação n.º 91/AML/2018 - Voto n.º 012/01 - «Voto de Saudação - Saudação - Campeões Europeus de Futsal»** - Subscrito pelo Grupo Municipal do CDS-PP
pág. 736 (145)

- **Deliberação n.º 92/AML/2018 - Moção n.º 012/05 - «Estátua de D. Sebastião na Estação do Rossio»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do PPM
pág. 736 (146)

- **Deliberação n.º 93/AML/2018 - Recomendação n.º 012/06 - «Centro Interpretativo do Parque das Nações»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP
pág. 736 (147)

- **Deliberação n.º 94/AML/2018 - Recomendação n.º 012/04 - «Por uma reabilitação urbana mais segura perante a eventualidade de um evento sísmico»** - Subscrito pelo Grupo Municipal do MPT
pág. 736 (147)

- **Deliberação n.º 95/AML/2018 - Recomendação n.º 012/20 - «Alargamento do Policiamento Comunitário a outras áreas da cidade de Lisboa»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do PAN
pág. 736 (148)

- **Deliberação n.º 96/AML/2018 - Moção n.º 012/04 - «Pela reprovação do aumento das Comissões Bancárias»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do BE
pág. 736 (149)

- **Deliberação n.º 97/AML/2018 - Recomendação n.º 012/14 - «Condições de funcionamento do Julgado de Paz de Lisboa»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV
pág. 736 (150)

- **Deliberação n.º 98/AML/2018 - Proposta de Deliberação n.º 001/PPM/2018 - Retificada - «Realização de um simulacro de sismo nas instalações da AML»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do PPM
pág. 736 (151)

- **Deliberação n.º 99/AML/2018 - Proposta n.º 738/CM/2017, 1.º parágrafo da parte deliberativa - Adesão do Município de Lisboa à Associação «On-The-Move.Org», bem como a aceitação dos respetivos Estatutos**, nos termos da proposta - Subscrita pela Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto
pág. 736 (151)

- **Deliberação n.º 100/AML/2018 - Proposta n.º 775/CM/2017 - Adesão do Município de Lisboa à Rede Europeia em Educação e Formação Profissional - Xarxa FP, à European Association of the Education of Adults e à Associação Portuguesa de Gestão de Pessoas**, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva
pág. 736 (160)

- **Deliberação n.º 101/AML/2018 - Proposta n.º 30/CM/2018 - Repartição de encargos e autorização prévia para a assunção de compromissos para os anos económicos de 2018 a 2020, no âmbito do Ajuste Direto para a locação de 10 veículos automóveis pesados de carga elétricos e prestação de serviços de manutenção e assistência**, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro
pág. 736 (176)

14.ª Reunião / 9.ª Sessão Extraordinária - Realizada em 2018/03/13

- **Deliberação n.º 105/AML/2018 - Recomendação n.º 013/01 - Retificada - Resultante do Parecer da 7.ª Comissão Permanente «Sobre a Petição n.º 3/2018 - Marcha do Alto do Pina»** - Subscrita pela 7.ª Comissão Permanente
pág. 736 (180)

- **Deliberação n.º 106/AML/2018 - Voto n.º 13/01 - Nova Versão - Voto de Saudação «8 de Março - Dia Internacional dos Direitos das Mulheres»** - Subscrito pelo Grupo Municipal do BE
pág. 736 (181)

- **Deliberação n.º 107/AML/2018 - Voto n.º 13/02 - «Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher - Um longo caminho percorrido e um longo caminho a percorrer»** - Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN
pág. 736 (181)

- **Deliberação n.º 108/AML/2018 - Voto n.º 13/05 - Voto de Saudação «Dia Internacional da Mulher, 8 de Março»** - Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD
pág. 736 (182)

- **Deliberação n.º 109/AML/2018 - Voto n.º 13/03 - Voto de Saudação - «Arlindo Consolado Marques - Guardião do Tejo»** - Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN
pág. 736 (183)

- **Deliberação n.º 110/AML/2018 - Voto n.º 13/04 - Nova Versão - «Voto de Solidariedade para com o povo de Ghouta na Síria e Condenação de crimes cometidos contra a Humanidade»** - Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN
pág. 736 (183)

- **Deliberação n.º 111/AML/2018 - Proposta n.º 57/CM/2018 - Ampliação do contrato de Direito de Superfície constituído a favor do Instituto Superior Técnico, sobre um prédio municipal sito no Jardim do Arco Cego**, nos termos da mesma - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado
pág. 736 (184)

- **Deliberação n.º 112/AML/2018 - Proposta n.º 61/CM/2018 - Protocolo entre o Município de Lisboa e as Freguesias do Areeiro e de Campo de Ourique, laureadas com os 2.º e 3.º prémios de Mérito Desportivo, no âmbito do Programa Olisipiadas do ano 2016, respetiva Minuta de Protocolo e transferência de verbas**, nos termos da mesma - Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro
pág. 736 (200)

- **Deliberação n.º 113/AML/2018 - Recomendação n.º 14/01 - Resultante do Parecer da 1.ª Comissão Permanente «Sobre a Proposta n.º 61/CM/2018 - Protocolo entre o Município de Lisboa e as Freguesias do Areeiro e de Campo de Ourique, laureadas com os 2.º e 3.º prémios de Mérito Desportivo (Olisipiadas 2016)»** - Subscrita pela 1.ª Comissão Permanente
pág. 736 (210)

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

12.^a Reunião - Sessão Ordinária de Fevereiro (1.^a Reunião) - Realizada em 2018/02/27

DELIBERAÇÃO Nº 72/AML/2018

Voto nº 012/07 - “Voto de Pesar pelo falecimento de João Varela Gomes”

Subscrito pelo Grupo Municipal do BE

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ 7 IND –

Abstenção: PSD/ CDS-PP/ PPM

(Ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Voto

PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO VARELA GOMES

Morreu em 26 de Fevereiro de 2018, aos 93 anos, o Coronel João Varela Gomes. Nascido em Lisboa em 25 de Maio de 1924, Homem de profundas convicções e de grande coragem física e moral, lutou contra a ditadura de Salazar e Caetano, envolvendo-se nos golpes da Sé, em 1959, e de Beja, na viragem de ano de 1961 para 1962, juntamente com o Coronel Eugénio Oliveira e Manuel Serra, entre outros.

Gravemente ferido na madrugada de 1 de Janeiro de 1962, foi-lhe extraído um rim e o baço, ficando então a sua vida em perigo e sendo por diversas vezes objeto de intervenções cirúrgicas no período passado na prisão que se haveria de seguir.

No decorrer do Golpe de Beja, foi detido e posteriormente julgado e condenado em Tribunal Plenário, estando preso durante seis anos e sendo ainda expulso do Exército. Do seu julgamento no Tribunal Plenário da Boa Hora, em 1964, destaca-se a sua postura firme, afirmando perante os juízes “*Que outros triunfem onde nós fomos vencidos*”, não se vergando ao medo de um regime arbitrário e do seu tribunal de exceção. Foi condenado a 6 anos de prisão, integralmente cumpridos.

De igual forma teve parte ativa nas candidaturas da oposição democrática, fosse apoiando a candidatura presidencial do Marechal Humberto Delgado, em 1958, fosse como candidato nas listas da oposição democrática às eleições para a Assembleia Nacional em 1961.

Cumprida a pena de prisão, Varela Gomes estava impedido de regressar ao Exército e viveu com a sua mulher, Maria Eugénia Varela Gomes, novas lutas que originaram a prisão desta e dos filhos de ambos, situações que ocorreram até à eclosão do 25 de Abril de 1974.

Reintegrado no Exército Português, com a patente de Coronel, após o 25 de Abril de 1974, viveu esse período fiel às suas convicções, tomando parte ativa em todo o processo subsequente, destacando-se nas campanhas de alfabetização e na mudança do nome da “Ponte Salazar” para “Ponte 25 de Abril”, ainda que a descoberto de qualquer decisão oficial, com a colaboração de funcionários da SOREFAME.

Varela Gomes teria de se exilar em Angola e Moçambique após o 25 de Novembro de 1975. Regressado a Portugal em 1979, e depois de suspenso administrativamente do Exército Português, haveria de ser novamente reintegrado formalmente por decisão do Supremo Tribunal Administrativo em 1982, mas não voltaria ao ativo, passando antes à reserva.

Nas palavras de Manuela Cruzeiro, Varela Gomes *“escolheu o caminho da coragem e da dignidade, ontem contra o fascismo, hoje contra a quietude endémica, a indiferença e o ceticismo político e ideológico de uma democracia que não hesita em chamar filofascista. Com uma independência e uma frontalidade a toda a prova, continua o seu combate solitário, quase quixotesco, através de textos livres, indignados, provocatórios, que teimam em furar o cordão sanitário do politicamente correto, da aceitação passiva de que não há alternativa”*.

De Varela Gomes resta sobretudo a memória de um Homem generoso e comprometido com os seus ideais de progresso e de luta pela libertação de Portugal do jugo do regime de Salazar e Caetano, sem que para isso olhasse às consequências das obrigações ditadas pela sua consciência. A João Varela Gomes devemos também a nossa Liberdade.

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 27 de Fevereiro de 2018, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Prestar a sua homenagem à memória de João Varela Gomes, expressando o seu pesar à família e fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem.

DELIBERAÇÃO Nº 73/AML/2018

Voto nº 012/08 – Retificado - “Voto de Pesar pelo falecimento de João Varela Gomes”

Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ 7 IND –

Abstenção: PSD/ CDS-PP/ PPM

(Ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de João Varela Gomes

Nascido em 1924 João Varela Gomes será sempre figura maior da resistência ao fascismo e lutador inquebrantável pela causa da liberdade e da democracia.

Envolvido ativamente na candidatura de Humberto Delgado (1958), João Varela Gomes esteve ligado à conspiração da Sé (1959). Nas candidaturas democráticas às eleições de 1961, ficou célebre o empolgante discurso que proferiu no Teatro da Trindade, incentivando os presentes à revolta contra o regime e sendo muito ovacionado, com a assistência em pé.

Participou no golpe de Beja, em 1961 e, apesar de reticências em relação a muitos aspetos desta conspiração, toma a dianteira na execução da ação da tomada do Quartel de Beja, ficando gravemente ferido.

Foi julgado e condenado em Tribunal Plenário, esteve preso durante seis anos e foi expulso do Exército, acusado pelo seu papel decisivo na Revolta de Beja. Saído da cadeia em 1962, continuou o seu combate contra o regime, nas fileiras da oposição democrática.

Após o 25 de Abril foi reintegrado com o posto de coronel. Colocado na Comissão de Extinção da PIDE, foi preso pelos spinolistas, acusado de ter retirado documentos ao arquivo da polícia política. Acusação que sempre negou.

Libertado pelo MFA é colocado à frente da Quinta Divisão. Tem um papel destacado na reação do MFA ao golpe de direita do 11 de Setembro. E dirige as campanhas de dinamização popular, com que os militares revolucionários pretendem envolver os sectores mais carenciados da população, para além de combaterem o analfabetismo.

É o homem que, com um contingente de operários da Sorefame, retira o nome de Salazar da ponte sobre o Tejo, e a rebatiza como “Ponte 25 de Abril”.

Em 1975 viu-se obrigado ao exílio, ao ter recebido um pré-aviso de captura, na sequência do 25 de Novembro. Em 1979 pôde regressar a Portugal, viu anulado o mandato de captura que o atirara para Angola e Moçambique, mas teve de aguardar muito tempo até poder reingressar nas Forças

Armadas. Nunca foi julgado, não obstante ter-lhe sido aplicada a pena administrativa e ilegal de passagem ao quadro de complemento.

O Tribunal Superior Administrativo demorou cinco anos para anular esta deliberação e, em 1982, foi integrado como Coronel, mas reformado.

Na sua corajosa defesa, no processo do golpe de Beja, no Tribunal Plenário, em Julho de 1964, Varela Gomes pronuncia aquela que seria uma das mais proféticas frases da recente história de Portugal, ao dizer frente aos magistrados e acusadores do regime fascista: “Que outros triunfem onde nós fomos vencidos”.

Menos de dez anos depois a ditadura era derrubada na Revolução de 25 de Abril de 1974.

Assim, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 27 de Fevereiro de 2018, delibere demonstrar o seu profundo pesar pelo falecimento do Coronel João Varela Gomes, guardando um minuto de silêncio em sua homenagem e transmitindo este voto à sua família, à Associação 25 de Abril, à Associação Conquistas da Revolução e órgãos de comunicação social.

Tema 1 - Finanças, Património, Recursos Humanos e Descentralização

Subtema: Recursos Humanos

DELIBERAÇÃO Nº 74/AML/2018

Recomendação nº 012/07 - “Por melhores e mais dignas condições de trabalho no Município de Lisboa”

Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP

Aprovada por Unanimidade

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML que):

1. Dê prioridade a uma gestão de recursos humanos orientada para a valorização e a dignificação dos trabalhadores do Município de Lisboa;
2. Seja rigorosa no cumprimento dos compromissos assumidos com as organizações representativas dos trabalhadores do Município de Lisboa;
3. Invista de uma forma clara e efetiva na melhoria das condições de trabalho no Município de Lisboa;

4. Informe a Assembleia Municipal de Lisboa sobre as medidas concretas que prevê tomar para a resolução dos problemas apresentados pelos trabalhadores e respetivo calendário de execução;

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

“5. Remeta a presente moção para os sindicatos representativos dos trabalhadores do Município de Lisboa.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009125,000417/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 75/AML/2018

Recomendação nº 012/08 - Retificada – “Pela regularização da situação contratual dos trabalhadores autárquicos com vínculos precários”

Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP

Aprovada por Unanimidade

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML que):

- “1. Entregue à Assembleia Municipal de Lisboa do resultado do apuramento efetuado sobre os postos de trabalho de carácter permanente ocupados por trabalhadores com vínculos precários que devem ser regularizados;
2. Preste de informação à Assembleia Municipal de Lisboa sobre qual o ponto da situação do processo de regularização das situações contratuais com vínculos precários desenvolvidos pela Câmara Municipal de Lisboa junto da DGAL até 31 de Outubro de 2017, conforme previsto no ponto nº. 6 da Resolução do Conselho de Ministros nº. 32/2017, de 28 de Fevereiro;
3. Entregue de informação à Assembleia Municipal de Lisboa, sobre a listagem nominal dos trabalhadores com vínculos precários enviada à DGAL;
4. Preste de informação concreta, objetiva e clara à Assembleia Municipal de Lisboa, por via da monitorização da reforma administrativa de Lisboa, em articulação com as freguesias, sobre o número de contratos de prestação de serviços com recurso a recibos verdes em cada freguesia da cidade, antes da reforma administrativa e no momento atual e se está prevista igualmente a sua integração nos quadros das autarquias onde prestam serviço;
5. Informe a Assembleia Municipal de Lisboa sobre a eventual necessidade de alterações ao Mapa de Pessoal do Município de Lisboa para acomodar todas as situações contratuais que carecem de regularização.”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

“E, remeter a presente moção para os sindicatos representativos de trabalhadores do Município de Lisboa e das Freguesias de Lisboa.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009126,000417/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 76/AML/2018

Recomendação nº 012/09 - “Trabalhadores dos espaços verdes do Município”

Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PSD/ PCP/ CDS-PP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ PPM/ 7 IND – **Abstenção:** PS
(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML que):

- “1. Proceda à abertura de concursos de admissão de jardineiros, conducentes ao preenchimento das necessidades da cidade.
2. Pugne pela prestação do serviço público na manutenção e gestão dos jardins e espaços verdes da cidade, invertendo a tendência do recurso a empresas privadas e dotando a autarquia de meios humanos próprios.
3. Reative a Escola de Jardinagem, enquanto principal campo de formação e qualificação de jardineiros para o desempenho de funções na autarquia.
4. Proceda às intervenções necessárias nos locais de trabalho dos jardineiros para que estejam dotados das devidas condições de segurança, de higiene e de bem-estar.
5. Assegure que os jardineiros dispõem de todas as condições necessárias a nível de equipamentos de proteção individual, de fardamentos e de viaturas.
6. Acautele a concretização das justas reivindicações dos trabalhadores dos espaços verdes, em articulação com o STML - Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa.”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

(...)

“7. Enviar a presente deliberação à Escola de Jardinagem do Município de Lisboa, ao STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins) e ao STML (Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa).”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009127,000417/index.htm>)

Tema 2 - Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização

Subtema: Economia

DELIBERAÇÃO Nº 77/AML/2018

Voto nº 012/02 – “Voto de Louvor Carla Salsinha”

Subscrito pelos Grupos Municipais do CDS-PP, PS e PSD

Aprovada por Unanimidade

(Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (prestar):

“Um Voto de Louvor público a Carla Salsinha, pelo importante e excelso trabalho que desenvolveu, na defesa e em prol do desenvolvimento do comércio e serviços da cidade de Lisboa.”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

“Dar conhecimento à homenageada e à UACS – União de Associações de Comércio e Serviços.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/303000/1/009145,000427/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 78/AML/2018

Voto nº 012/05 – “Voto de Protesto – Preservação das Lojas Históricas -Encerramento da Livraria Aillaud e Lellos”

Subscrito pelo Grupo Municipal do MPT

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PSD/ PCP/ CDS-PP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ PPM/ 6 IND – **Contra:** PS
(Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

- “1.Lamentar o encerramento de mais uma loja histórica, símbolo do património histórico e cultural do comércio lisboeta;
- 2.Lamentar o fecho de mais de 120 das 300 lojas que compunham inicialmente o programa "Lojas com história";
- 3.Protestar pela desproteção dos inquilinos, detentores de património inscrito no Programa “ Lojas com História”, face ao Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) e ao Regime Jurídico das Obras em Prédios Arrendados (RJOPA).”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/303000/1/009148,000427/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 79/AML/2018

Voto nº012/06 – Retificado – “Voto de Condenação pelo encerramento das estações dos CTT”

Subscrito pelo Grupo Municipal do PEV

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PAN/ PEV/ 6 IND – **Abstenção:** CDS-PP/ MPT/ PPM
(Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

- “1. Condenar o encerramento das Estações dos CTT da Junqueira, do Socorro e das Olaias.
2. Solidarizar-se com a população e os trabalhadores dos CTT.
3. E saudar a manifestação realizada no dia 23 de Fevereiro.”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

(...)

4. Enviar a presente deliberação ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, aos Grupos Parlamentares, à Comissão Parlamentar de Economia, Inovação Obras Públicas, à ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações), à ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), à ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), à CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional), à UGT (União Geral de Trabalhadores), ao SNTCT (Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Correios e Telecomunicações), ao SINDETELCO (Sindicato Democrático dos Trabalhadores das Comunicações e dos Media) ao SINCOR (Sindicato Independente dos Correios de Portugal), ao SINTTAV (Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual), à Comissão de Trabalhadores dos CTT e ao MUSP (Movimento de Utentes dos Serviços Públicos).”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/303000/1/009149,000427/index.htm>)

Tema 3 - Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais

Subtema: Urbanismo

DELIBERAÇÃO Nº 80/AML/2018

Moção nº 012/01 – “Por uma solução sustentada do espaço associado à concessão da Marina do Parque das Nações”

Subscrita pelo Grupo Municipal do PS

Deliberada por pontos:

Pontos 1 e 2

Aprovados por Unanimidade

Ponto 3

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ BE/ PAN/ 6 IND – **Contra:** PCP/ PEV - **Abstenção:** CDS-PP/ MPT/ PPM

(Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário nestas votações)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

“1) Manifestar a sua preocupação pelo estado de degradação em que se encontram os espaços associados à Concessão da Marina do Parque das Nações – Bacia Norte, Edifício Nau e Bacia Sul (onde funciona a Marina propriamente dita com postos de amarração);

2) Solicitar ao Governo da República uma intervenção urgente que assegure a reconfiguração do Contrato de Concessão adequando-o à realidade vigente, através do estudo de soluções que tenham em conta a experiência dos últimos anos, e que permitam a revitalização da Marina do Parque das Nações e a dinamização dos seus espaços envolventes, em particular, o Edifício Nau e a Bacia Norte do plano de água.

3) Solicitar ao Governo da República que a competência da gestão do plano de água da bacia da Doca dos Olivais seja concedida à Junta de Freguesia do Parque das Nações, para promoção de atividade desportiva e recreativa no âmbito dos desportos náuticos.”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

“4) Enviar para o Governo da República, Primeiro-ministro; Ministro das Finanças; Ministra do Mar; Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/301500/1/009139,000411/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 81/AML/2018

Recomendação nº 012/01 – Resultante do parecer da 3ª Comissão Permanente sobre a Petição 15/2017

Subscrita pela 3ª Comissão Permanente

Aprovada por Unanimidade

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML que):

1. Procure, em resposta aos anseios dos peticionários, garantir uma solução arquitetónica para o edifício, que se enquadre com a zona envolvente;
2. Informe esta Assembleia da eventual entrada de novos projetos para o Palacete na Rua dos Lusíadas 15-17;
3. Não havendo um novo projeto que disponha de uma solução arquitetónica que se enquadre no local, a CML avalie a possibilidade de adquirir o imóvel, tal como sugerido pela Junta de Freguesia de Alcântara.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://am-lisboa.pt/302000/1/009119,000419/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 82/AML/2018

Recomendação nº012/05 – Retificada – “Aplicação azulejar já executada no “Quarteirão da Suíça” na Praça da Figueira”

Subscrita pelo Grupo Municipal do PPM

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ CDS-PP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ PPM – **Contra:** 7 IND - **Abstenção:** PCP

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

O Grupo Municipal do PEV e uma Deputada Municipal Independente apresentaram “Declarações de Voto” retificando o respetivo sentido de voto nesta Recomendação, as quais se anexam à Ata em Minuta e dela fazem parte integrante. As retificações não alteram o resultado final.

Disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/documentos/1520432095P7zTI8iv5Lc11OD4.pdf>)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar):

- “1 – À Câmara Municipal de Lisboa que ordene o congelamento imediato do projecto que prevê o revestimento azulejar das fachadas da Praça da Figueira, por este entrar em clara contradição com o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina, aprovado nesta Assembleia, considerando-o um problema de lesão-património de efeitos nefastos em toda esta zona nobre da cidade;
- 2 – Que se apresente à Assembleia Municipal o parecer da DGPC onde é autorizada a polémica intervenção;
- 3 – Que se transmita à Assembleia Municipal a autoria e o projecto de reabilitação da Praça da Figueira para que a Assembleia Municipal o possa analisar à luz do Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009123,000419/index.htm>)

Tema 4: Ambiente e Qualidade de Vida

Subtema: Ambiente

DELIBERAÇÃO Nº 83/AML/2018

Moção nº 012/02 – “Pela defesa e despolação do Rio Tejo”

Subscrita pelo Grupo Municipal do BE

Aprovada por Unanimidade

(Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

“1.Exortar o governo:

- a. À adoção de medidas para o cumprimento da Diretiva Quadro da Água, ou seja, a garantia de um bom estado ecológico das águas do Tejo;
- b. Ao estabelecimento e quantificação de um regime de caudais ecológicos, diários, semanais e mensais, refletidos nos Planos da Bacia Hidrográfica do Tejo, nos dois países, e na Convenção de Albufeiras;
- c. À ação rigorosa e consequente da fiscalização ambiental contra a poluição, crescente e contínua, que cada vez mais devasta o rio Tejo e os seus afluentes;
- d. À punição exemplar dos agentes que se provar terem provocado o desastre ambiental de 24 de janeiro.”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

“2. Remeter a presente Moção a Suas Excelências o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, ao Ministro do Ambiente, à Agência Portuguesa do Ambiente o Ministro de Estado e das Finanças e ao Ministro da Cultura, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, às Assembleias Municipais dos concelhos banhados pelo Rio Tejo, assim como ao movimento pelo Tejo - proTEJO.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/301500/1/009140,000412/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 84/AML/2018

Recomendação nº012/15 – Retificada – “Processionária (Lagarta do Pinheiro) no espaço público e estabelecimento de ensino”

Subscrita pelos Grupos Municipais do CDS-PP e do PPM

Aprovada por Unanimidade

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML que):

- “1.Efectue o levantamento dos surtos ocorridos nos últimos anos em Lisboa;
- 2.Crie e implemente, com a maior brevidade possível, um plano de intervenção que vise a eliminação/redução significativa desta praga que assola os nossos espaços públicos, em articulação com as Juntas de Freguesia;
- 3.O plano de intervenção tenha em conta boas práticas seguidos noutras Cidades com vista a reduzir o impacto ambiental dos tratamentos nas plantas e ar;
- 4.Proceda a vistorias aos espaços envolventes a Escolas, Infantários e demais espaços utilizados por crianças e também nas zonas habitualmente frequentadas por cães, nomeadamente junto de espaços verdes e parques caninos;
- 5.Realize uma ação de sensibilização/divulgação à população de Lisboa sobre o perigo para a saúde pública, principalmente no que se refere a escolas e áreas de lazer, designadamente a divulgação das recomendações da Direcção-Geral da Saúde sobre esta matéria e medidas preventivas;
- 6.Dê conhecimento dos desenvolvimentos dos pontos anteriores à 4ª Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida da AML.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009133,000420/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 85/AML/2018

Recomendação nº 012/16 – “Por um controlo de Pragas mais eficaz”

Subscrita pelo Grupo Municipal do MPT

Deliberada por pontos:

Pontos 2 e 6

Aprovados por unanimidade

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML que):

“2.Promova um estudo que verifique a eficácia da metodologia aplicada pela CML no controlo de pragas;

6.Divulgue o calendário de campanhas de desinfestação previsto para 2018.”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

“Remeter a presente recomendação à Autoridade Nacional de Proteção Civil, à Direção Geral de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, ao Ministério da Educação, à Direção Geral de Saúde e à Agência Portuguesa do Ambiente.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009134,000420/index.htm>)

Subtema: Casa dos Animais

DELIBERAÇÃO Nº 86/AML/2018

Recomendação nº 012/19 – “Hospital Veterinário Solidário Municipal para prestação de cuidados médicos-veterinários a animais de munícipes que comprovadamente auferam baixos rendimentos ou de associações de proteção animal”

Subscrita pelo Grupo Municipal do PAN

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PSD/ PCP/ CDS-PP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ PPM/ 2 D.M. PS/ 2 IND – **Contra:** PS - **Abstenção:** 5 IND

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML):

“i A criação de um Hospital Veterinário Solidário Municipal para os detentores de animais que comprovadamente auferam baixos rendimentos ou para as associações de proteção animal com sede na área do município, que não tenham por atribuições a prestação de cuidados médico-veterinários;

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

ii. Que seja dado conhecimento da presente Recomendação às Associações de Proteção Animal e Social do município.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009137,000420/index.htm>)

Tema 5 – Habitação, Bairros Municipais e Desenvolvimento Local

Subtema: Habitação

DELIBERAÇÃO Nº 87/AML/2018

Moção nº 012/03 – Nova Versão - Retificada - “Pela suspensão das ações de despejo nas casas de guarnição da Guarda Nacional Republicana na Estrela e na Ajuda e por uma Solução para os Inquilinos no Bairro da GNR na Ajuda”

Subscrita pelo Grupo Municipal do BE

Deliberada por pontos:

Ponto 1

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ CDS-PP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ PPM/ 6 IND – **Abstenção:** PCP

Ponto 2

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PSD/ CDS-PP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ PPM– **Abstenção:** PS/ PCP/ 6 IND

(Ausência de dois Deputados(as) Municipais Independentes da Sala de Plenário nestas votações)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

“1.Apelar, à Assembleia da República e ao Governo, através do Ministério da Administração Interna, à suspensão imediata e urgente das ações de despejo das casas de guarnição da GNR na Estrela e na Ajuda, e à suspensão do aumento das rendas no Bairro da GNR na Ajuda;

2.Que a Câmara Municipal de Lisboa, em articulação com as freguesias da Estrela e da Ajuda, sirva de interlocutor para a procura de soluções equitativas e que garantam o direito à habitação condigna, com o envolvimento, também, do Ministério da Administração Interna, da GNR e dos moradores e moradoras;”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

3. Remeter a presente Moção a Suas Excelências o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro Ministro, o Ministro da Administração Interna, e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/301500/1/009141,000413/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 88/AML/2018

Recomendação nº 012/13 – “Medidas contra o Bullying ou Mobbing Imobiliário”

Subscrita pelo Grupo Municipal do BE

Deliberada por pontos:

Ponto 1

Aprovado por unanimidade

Ponto 3

Aprovado por unanimidade

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML):

“1.A criação de uma linha gratuita SOS DESPEJO, para reportar situações de despejo na cidade de Lisboa;

3. Sensibilização da polícia municipal para este fenómeno e adoção de mecanismos de resposta célere a denúncias de moradores de forma a obviar comportamentos de bullying imobiliário.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009131,000421/index.htm>)

Tema 6: Direitos Sociais e Cidadania

Subtema: Igualdade de Direitos

DELIBERAÇÃO Nº 89/AML/2018

Voto nº 012/03 – “Voto de Saudação – Dia Internacional da Mulher e a Luta pela Igualdade”

Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP

Aprovada por Unanimidade

(Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

- “1.Saudar o 8 de Março - Dia Internacional da Mulher e a luta pela igualdade
- 2.Saudar o MDM – Movimento Democrático de Mulheres pelo seu 50º aniversário e pela atividade que tem vindo a realizar em prol das mulheres e dos seus direitos
- 3.Saudar a realização da Manifestação Nacional de Mulheres, marcada pelo MDM para o dia 10 de Março, e que trará a Lisboa mulheres de todo o país, na exigência de uma verdadeira política de igualdade
- 4.Saudar todas as mulheres que se organizam e lutam pelos seus direitos, em todas as áreas da sociedade, traçando um rumo de emancipação e igualdade”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

“5.Remeter esta Saudação para a Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias, MDM - Movimento Democrático de Mulheres, CGTP-IN, UGT, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/303000/1/009146,000433/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 90/AML/2018

Voto nº 012/04 – “Voto de Saudação – Saudação – 8 de Março – Dia Internacional da Mulher”

Subscrito pelo Grupo Municipal do PEV

Aprovada por Unanimidade

(Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

“1. Saudar todas as mulheres portuguesas por ocasião da passagem do Dia Internacional da Mulher, em particular as trabalhadoras do Município de Lisboa, apelando à continuidade na reivindicação pela igualdade de direitos e de oportunidades.

2. Saudar o 50º aniversário do Movimento Democrático das Mulheres e associar-se às inúmeras iniciativas promovidas ao longo deste ano, nomeadamente a Manifestação Nacional de Mulheres, a realizar no próximo dia 10 de Março, em Lisboa.”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

(...)

“3. Dar conhecimento da presente Saudação às organizações de defesa dos direitos das Mulheres.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/303000/1/009147,000433/index.htm>)

Tema 7: Cultura, Educação, Juventude e Desporto

Subtema: Desporto

DELIBERAÇÃO Nº 91/AML/2018

Voto nº 012/01 – “Voto de Saudação – Saudação – Campeões Europeus de Futsal”

Subscrito pelo Grupo Municipal do CDS-PP

Aprovada por Unanimidade

(Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

“1.Aprove um voto de saudação à Seleção Nacional de Futsal pela conquista da edição de 2018 do Campeonato Europeu de Futsal.”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

“2.Dê conhecimento deste voto à Federação Portuguesa de Futebol, aos clubes da cidade Sport Lisboa e Benfica, Sporting Clube de Portugal, Clube de Futebol Os Belenenses e, também, ao Sporting de Braga, Leões de Porto Salvo e Associação Desportiva do Fundão.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/303000/1/009144,000434/index.htm>)

Subtema: Cultura

DELIBERAÇÃO Nº 92/AML/2018

Moção nº 012/05 – “Estátua de D. Sebastião na Estação do Rossio”

Subscrita pelo Grupo Municipal do PPM

Aprovada por Unanimidade

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

“Obter uma resposta por parte dos serviços da IP-infraestruturas de Portugal no sentido de se apurar para quando será reposta a Estátua do Rei D. Sebastião na Estação Ferroviária do Rossio.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/301500/1/009143,000415/index.htm>)

Subtema: Educação

DELIBERAÇÃO Nº 93/AML/2018

Recomendação nº012/06 – “Centro Interpretativo do Parque das Nações”

Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP

Aprovada por Unanimidade

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML que):

- “1.Inicie, de imediato, contactos com a Universidade de Lisboa para assegurar a abertura de um espaço semelhante ao que existia, envolvendo a Junta de Freguesia do Parque das Nações;
- 2.Assegure a preservação do espólio do Centro Interpretativo, de forma a que seja reposto no local, assim que possível;
- 3.Aproveite para enriquecer o espólio da Exposição com diversos materiais que foram entregues pela Parque Expo ao Museu da Cidade;
- 4.Seja equacionada a abertura de uma segunda sala, existente por cima da actual e que se encontra em estado bruto, de forma a criar mais espaço para Exposições e que permita a existência de uma sala capaz de acolher alguns pequenos eventos relacionados com a temática daquele espaço.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009124,000423/index.htm>)

Subtema: Proteção Civil

DELIBERAÇÃO Nº 94/AML/2018

Recomendação nº 012/04 – “Por uma reabilitação urbana mais segura perante a eventualidade de um evento sísmico”

Subscrito pelo Grupo Municipal do MPT

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PSD/ PCP/ CDS-PP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ PPM/ 7 IND – **Contra:** PS

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

- “1.Promova a fiscalização e implementação do reforço dos edifícios da cidade de Lisboa, previsto na lei de 1958, que estão atualmente a ser alvo do processo de reabilitação;
2.Implemente um regime de certificação sísmica na construção nova e em obras de reabilitação;
3.Regule as alterações estruturais de que estão a ser alvo edifícios nas zonas históricas, pensados para resistir a sismos (ex: “gaiola” pombalina de madeira, disposta em triângulo), que poderão colocar em risco a sua capacidade de resistência.”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

(...)

“Enviar a presente recomendação à Autoridade Nacional de Proteção Civil, à Ordem dos Engenheiros, à Ordem dos Arquitetos, ao Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e à Câmara Municipal de Lisboa – Unidade de Coordenação Territorial.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009122,000424/index.htm>)

Subtema: Segurança

DELIBERAÇÃO Nº 95/AML/2018

Recomendação nº 012/20 – “Alargamento do Policiamento Comunitário a outras áreas da Cidade de Lisboa”

Subscrita pelo Grupo Municipal do PAN

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ CDS-PP/ PAN/ MPT/ PPM – **Contra:** PCP/ PEV - **Abstenção:** BE/ 7 IND
(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

“Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, alargar o Policiamento Comunitário ao resto da cidade, dado que se trata de um policiamento preventivo, presente e pró ativo, que se baseia na parceria entre a população, as associações de representantes e as forças de segurança.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009138,000424/index.htm>)

Tema 9: Outros Temas

DELIBERAÇÃO Nº 96/AML/2018

Moção nº 012/04 – “Pela reprovação do aumento das Comissões Bancárias”

Subscrita pelo Grupo Municipal do BE

Deliberada por pontos:

Ponto 1

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ CDS-PP/ BE/ PEV/ MPT/ PPM/ 6 IND
– **Abstenção:** PSD/ PAN

Ponto 2

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ CDS-PP/ BE/ PEV/ PPM – **Abstenção:** PSD/ PAN/ MPT/ 6 IND

(Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário nestas votações)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

“1.A AML reprove os aumentos abusivos das comissões bancárias que têm sido realizados por diversos bancos;

2.Que inste o Governo a tomar medidas para o acesso a serviços mínimos bancários para incrementar a inclusão financeira, direito fundamental dos/as cidadãos/ãs;”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

“3.Remeter a presente Moção a Suas Excelências o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro Ministro, o Ministro de Estado e das Finanças, e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/301500/1/009142,000416/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 97/AML/2018

Recomendação nº 012/14 – “Condições de funcionamento do Julgado de Paz de Lisboa”

Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV

Deliberada por pontos:

Pontos 1, 2 e 3

Aprovados por unanimidade

Ponto 5

Aprovado por unanimidade

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML que):

“1. Reavalie, com carácter de urgência, as questões de funcionamento, de saúde, higiene e segurança no trabalho no Julgado de Paz de Lisboa.

2. Providencie, no curto prazo, solução adequada para as deficiências físicas descritas, em particular, de falta de espaço para pessoas e arquivo, de modo a repor as inadiáveis condições mínimas necessárias à normal laboração do serviço.

3. Mantenha informados os trabalhadores do Julgado de Paz e a AML sobre as diligências a encetar, nomeadamente, as intervenções a executar e a respetiva calendarização.

Mais deliberou ainda pelo:

5. Devido acompanhamento pela 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património, Recursos Humanos e Descentralização.”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

“4. Envio da presente deliberação ao Ministério da Justiça, a todos os vereadores da CML, aos trabalhadores do Julgado de Paz e ao STML (Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa).”

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/000425/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 98/AML/2018

Proposta de Deliberação nº 001/PPM/2018 – Retificada - “Realização de um simulacro de sismo nas instalações da AML”

Subscrita pelo Grupo Municipal do PPM

(A **Recomendação 012/03** (PPM) foi convertida, com alterações, em **Proposta de Deliberação 001/PPM/2018**)

Aprovada por Unanimidade

(Ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Proposta de Deliberação n.º 01/PPM/2018 Realização de um simulacro de sismo nas instalações da AML

Considerando que:

1. Lisboa está muito próxima de três falhas sísmicas (Vila Franca de Xira, Pinhal Novo e Samora Correia) a par do cruzamento de duas placas terrestres;
2. É considerada pelos peritos a segunda cidade europeia com maior risco sísmico (informação do IST), sendo Istambul a primeira;
3. Lisboa já sofreu com vários episódios sísmicos ao longo dos tempos, sendo que o de 1 de Novembro de 1755 marca o sismo mais devastador até agora conhecido pela nossa cidade.

O Grupo Municipal do PPM-Partido Popular Monárquico propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sessão ordinária de dia 27 de Fevereiro de 2018, delibere:

1. Realizar um simulacro de sismo no Fórum Lisboa, sede da Assembleia Municipal de Lisboa;
2. Organizar um Debate nos termos regimentais sobre Segurança e Prevenção de Riscos em contexto sísmico durante o mandato de 2017-2021.

DELIBERAÇÃO Nº 99/AML/2018

Proposta n.º 738/CM/2017, 1.º parágrafo da parte deliberativa - Adesão do Município de Lisboa à Associação “On-The-Move.Org”, bem como a aceitação dos respetivos Estatutos, nos termos da proposta.

Subscrita pela Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto

Votação na CML:

Aprovada por Maioria com **14 votos a favor** (6 PS, 2 IND, 3 CDS-PP, 2 PSD e 1 BE), e **2 abstenções** (PCP).

Votação na AML:

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ CDS-PP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ PPM/ 7 IND – **Abstenção:** PCP

(Ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

PROPOSTA N.º 738/2017

(Aprovar submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município de Lisboa à Associação “On-The-Move.Org”, bem como a aceitação dos respetivos Estatutos, nos termos da proposta)

Pelouro: Cultura

Serviço: Direção Municipal de Cultura/Divisão de Ação Cultural

Considerando que:

A Associação On the Move, é uma organização internacional sem fins lucrativos, estabelecida atualmente em Bruxelas, que tem por objetivos principais a pesquisa, recolha e difusão de informações tendo em vista facilitar a mobilidade profissional de artistas e de pessoas ativas no sector cultural e de facilitar a cooperação cultural;

Conforme preveem os estatutos da associação poderão ser sócios da mesma, entre outras, as entidades locais públicas;

O Pólo Cultural das Gaivotas é um equipamento cultural municipal sob gestão da Divisão de Ação Cultural, da Direção Municipal de Cultura, manifestou interesse em integrar a referida associação, de modo a potenciar a atividade da Loja Lisboa Cultura, prestando informação rigorosa, segura e atual sobre oportunidades de trabalho e de cooperação a nível internacional;

É de relevante interesse para o Município que este passe a integrar a Associação On The Move, não só tendo em conta as razões acima referidas, que sublinham o potencial desta associação, enquanto

produto cultural, histórico e turístico, mas também a importância enquanto entidade dedicada a impulsionar e difundir a atividade cultural;

A integração do Município de Lisboa na mencionada associação, implicará o pagamento de uma quota anual no valor de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros);

Que a despesa no ano de 2018 com a assunção de encargos a suportar após a adesão à Associação On The Move será de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros);

Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses das respetivas populações em articulação com as freguesias, designadamente no domínio da cultura, conforme o disposto no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A internacionalização é uma competência da Divisão de Ação Cultural – nos termos da Deliberação n.º 876/2015, publicada na II série do Diário da República, n.º 98, de 21 de maio, que aprova a estrutura Flexível dos Serviços do Município de Lisboa, nos termos do seu artigo 92.º n.º alínea h), cabe àquela divisão: *“h) Promover as competências cosmopolitas e de vocação internacional da cidade de Lisboa, através da internacionalização dos seus recursos culturais, aumentando a visibilidade de Lisboa como espaço de cultura e destino turístico de referência neste domínio.”*

Assim, e atento o exposto tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, da alínea oo), do n.º 1, do artigo 33.º todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 1, do artigo 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do artigo 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto:

- Submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município de Lisboa na Associação On The Move, bem como a aceitação dos respetivos Estatutos, em anexo, que se constituem parte integrante da presente proposta e a comparticipação anual de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), sujeita à respetiva atualização anual;

- Designar o representante do Município de Lisboa na Associação o Diretor Municipal de Cultura, Manuel Beirão da Veiga Alves da Veiga.

A verba referida tem enquadramento na Rubrica Económica 06.02.03.03 da Orgânica L19.00, através da Ação do Plano (2018) D2.P003.07.

Constituição - Estatutos – Nome

Prop. n.º 738/20
Sf.

Artigo 1 – Denominação

É constituída uma associação internacional sem fins lucrativos, denominada "on-the-move.org". Esta associação é regida pelas disposições do Título III da lei Belga de 27 de Junho de 1921 sobre as associações sem fins lucrativos, as associações internacionais sem fins lucrativos e as fundações (artigos 46 a 57).

Artigo 2 –Sede Social

A sede social da Associação situa-se na Praça Sainctelette, 19, 1000 Bruxelas. A sede social poderá ser transferida para outro local na Bélgica por decisão do Conselho de Administração, a publicar nos Anexos do Monitor belga, sendo comunicado ao Serviço Público Federal de Justiça durante o mês da decisão.

Artigo 3 – Objeto Social

A associação prossegue os seguintes objetivos não lucrativos de utilidade internacional: a pesquisa, a recolha e a difusão de informações tendo em vista facilitar a mobilidade profissional de artistas e de pessoas ativas no sector cultural e de facilitar a cooperação cultural: a análise, o estudo e a explicação das referidas informações aos profissionais e ao público; a união dos centros de recursos e de outras organizações e instituições encarregadas da recolha, do estudo e da difusão das referidas informações, tendo em vista partilhar os dados e os métodos de trabalho e de melhorar a acessibilidade desta informação ao público.

As atividades que a associação se propõe alcançar para atingir os objetivos acima mencionados são as seguintes: a criação e utilização de *software*, bancos de dados, websites e outras tecnologias informáticas, a organização de conferências, seminários, formações e reuniões destinadas aos profissionais e ao público; a organização ou o controle de estudos, investigações e publicações.

Artigo 4 – Membros

A Associação está aberta a belgas e a estrangeiros. Podem ser sócios pessoas singulares e pessoas colectivas.

Artigo 5 – Admissão, demissão e exclusão

1. Os novos membros devem ser ativos no sector das artes, da cultura, da investigação, de biblioteca, da formação, da informática ou dos sectores ligados a estes. Os membros são pessoas físicas, instituições públicas e organizações privadas. A admissão de novos membros está subordinada a aprovação prévia do Conselho de Administração.
2. Os membros são livres de se retirarem da associação a qualquer momento, mediante o envio, por carta registada, de uma notificação ao Conselho de Administração. No caso de

não pagar as quotas anuais por dois anos consecutivos, o membro deverá retirar-se da Associação, duas semanas após o envio, por carta registada, da notificação da dívida.

3. A exclusão de membros da Associação pode ser proposta pelo Conselho de Administração, depois de ouvidos os argumentos do interessado e é objecto de deliberação da Assembleia-Geral por maioria de 2/3 dos membros presentes ou representados. O Conselho de Administração pode suspender o interessado até à decisão da Assembleia-geral. O membro que deixar de fazer parte da Associação, por falecimento ou por outra razão, não tem direito ao fundo social.

Artigo 6 – Quotizações

Os membros pagam uma quotização anual com um montante fixado pela Assembleia-geral sob proposta do Conselho de Administração.

Artigo 7 – Órgão Geral de direcção (Assembleia-geral)

7.1 – Atribuições

A Assembleia-geral tem a plenitude dos poderes permitindo a realização dos objetivos e das atividades da Associação. Estão especialmente reservados à sua competência os seguintes pontos:

- Modificação dos Estatutos; nomeação e demissão dos administradores e, se for caso disso, dos comissários; aprovação dos orçamentos, quotização anual e contas anuais; responsabilização dos administradores e, se for caso disso, dos comissários; dissolução voluntária da Associação; exclusão de um membro.

7.2 – Composição

A Assembleia-geral é composta por todos os membros. Todos os membros têm direito de voto. Cada membro dispõe de um só voto.

7.3 – Reunião e Convocação

A Assembleia-geral reúne-se, de pleno direito, todos os anos, o mais tardar até 30 de Maio, sob a presidência do presidente do Conselho de Administração, na sede social ou no local indicado na convocatória. Esta convocatória é feita pelo Conselho de Administração e é enviada por carta, fax, correio eletrónico ou outro meio de comunicação, pelo menos 15 dias antes da data da reunião e contém o dia e a hora da reunião bem como a ordem de trabalhos. Uma reunião extraordinária da Assembleia-geral poderá ser convocada pelo Conselho de Administração, sempre que este entenda que é do interesse da Associação, bem como a requerimento de 1/3 dos membros.

7.4 – Tomada de decisões

A Assembleia-geral deliberará validamente se pelo menos 30% dos membros estiverem presentes ou representados. Os membros poderão fazer-se representar na Assembleia-Geral por um outro membro que esteja munido de uma procuração especial. Cada membro não poderá ser portador de mais do que uma procuração. Nenhuma decisão pode ser tomada sobre qualquer assunto que não esteja incluído na ordem de trabalhos. A não ser nos casos excepcionais previstos nos presentes Estatutos, as resoluções da Assembleia-geral são tomadas por maioria simples dos membros presentes ou representados. As resoluções da Assembleia-geral são lavradas em acta assinadas por

dois administradores, ficando à guarda do Conselho de Administração que as manterá à disposição dos membros na sede social da Associação.

Artigo 8 – Modificação dos Estatutos e Dissolução da Associação Internacional

Sem prejuízo dos artigos 50 § 3, 55 e 56 da lei sobre as Associações sem fins lucrativos, as Associações internacionais sem fins lucrativos e as fundações, todas as propostas que tenham como objetivo a alteração dos estatutos ou a dissolução da Associação, devem provir do Conselho de Administração ou de pelo menos 2/3 dos membros da Associação. O Conselho de Administração deve levar as propostas ao conhecimento dos membros da Associação com pelo menos 3 meses de antecedência sobre a data da Assembleia-geral que decidirá sobre a referida proposta assim como sobre as modificações propostas. A Assembleia-geral apenas pode deliberar validamente sobre a proposta se estiverem reunidos pelo menos 2/3 dos membros presentes e representados da Associação. Nenhuma decisão será tomada se não receber 4/5 dos votos favoráveis dos membros presentes e representados. Caso na Assembleia-geral não estejam reunidos pelo menos 2/3 dos membros presentes e representados da Associação, será convocada, o mais tardar nos 15 dias a seguir à primeira reunião, uma nova Assembleia-geral que deliberará definitivamente sobre a proposta, sendo igualmente necessária que a decisão receba 4/5 dos votos favoráveis dos membros presentes e representados. As modificações aos estatutos só terão efeito após a aprovação pela autoridade competente, conforme o artigo 50 § 3 da lei e após a publicação nos Anexos do Monitor belga, de acordo com o artigo 50 § 3 da dita lei. A Assembleia-geral fixará o regime de dissolução e liquidação da Associação. Após a liquidação, o ativo líquido remanescente será afeto a uma pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos que tenha um objecto social semelhante ou, na sua falta, a um fim altruísta próximo do objeto social da Associação.

Artigo 9 – Órgão de Administração (Conselho de Administração)

9.1 – Atribuições

O Conselho de Administração tem todos os poderes de gestão e de administração, sob reserva das atribuições da Assembleia-geral. Pode delegar a gestão corrente no seu presidente e/ou em um ou mais administradores. Uma pessoa encarregada da gestão corrente é denominada Administrador delegado. O Conselho de Administração pode também delegar, em quem entender, certos poderes para fins determinados.

9.2 – Composição

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de três membros. Os administradores são nomeados pela Assembleia-geral para um mandato de três anos. Os mandatos são renováveis. As suas funções cessam por morte, demissão, interdição ou curadoria, revogação ou decurso do mandato. Os Administradores podem, a qualquer momento, e sem necessidade de fundamentação serem afastados pela Assembleia-geral. Em caso de vacatura no decurso de um mandato, o Conselho de Administração pode designar cooptar um substituto que completará o mandato daquele que substituiu. O Conselho de Administração elege de entre os seus membros um Presidente e um Secretário, podendo também criar outras funções. Todos os atos relativos à nomeação, à revogação e à cessação de funções dos Administradores nos termos legais serão comunicados ao Serviço Público Federal de Justiça, a fim de serem integrados no dossiê e são publicados, a expensas da Associação, nos Anexos do Monitor belga.

9.3 – Reunião e Convocação

O Conselho de Administração reúne-se pelo menos duas vezes por ano, sob convocação do Presidente. A convocação é transmitida por carta, fax, correio eletrónico ou outro meio de comunicação.

9.4 – Tomada de Decisões

O Conselho de Administração não pode deliberar validamente sem que pelo menos 2/3 dos seus membros estejam presentes ou representados. Um administrador pode fazer-se representar por outro administrador, o qual não pode ser portador de mais do que uma procuração. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos Administradores presentes ou representados.

9.5 – Registo das deliberações do Conselho de Administração

As deliberações do Conselho de Administração constam de ata assinada por dois administradores, ficando à guarda do Conselho de Administração que as manterá à disposição dos membros na sede social da Associação.

Artigo 10 – Representação da Associação face a terceiros e na Justiça

A Associação Internacional é validamente representada perante terceiros por dois administradores atuando em conjunto ou, no limite dos seus poderes, por um Administrador Delegado ou por mandatários especiais. A Associação Internacional é validamente representada na Justiça (tanto na qualidade de Autor como de Réu) por dois Administradores agindo conjuntamente. Os atos relativos à nomeação, revogação ou cessação das funções das pessoas habilitadas a representar a Associação Internacional sem fins lucrativos, estabelecidas de acordo com a lei, são comunicados no Serviço Público Federal de Justiça a fim de serem arquivados no dossiê e são publicados, a expensas da Associação, nos Anexos do Monitor belga.

Artigo 11 – Orçamentos e Contas

O exercício social começa em 1 de Janeiro e termina em 31 de Dezembro de cada ano. De acordo com o artigo 53 da lei, as contas anuais do exercício social decorrido, bem como o orçamento para o exercício seguinte são elaborados pelo Conselho de Administração em cada ano e apresentados à aprovação da Assembleia-geral na reunião seguinte. As contas são transmitidas, de acordo com o artigo 51 da lei, ao Serviço Público Federal de Justiça.

Artigo 12 – Disposições Gerais

Tudo o que não esteja previsto nos presentes estatutos e em especial nas publicações dos Anexos do Monitor belga, será regulado nos termos das disposições contidas no Título III da Lei belga de 27 de Junho de 1921 sobre as Associações sem fins lucrativos, as Associações internacionais sem fins lucrativos e as Fundações.

NOMEAÇÕES

Os fundadores designam por unanimidade as pessoas mencionadas em seguida como administradores por um período de três anos:

1. Christopher James Gordon (3/12/1944), Consultor, de nacionalidade inglesa, residente em SO22 5DS Winchester, Hampshire (Reino-Unido), Cornes Close 28;
2. Pascal Brunet (9/05/1959), Director, nacionalidade francesa, residente em 3720 Troyes (França), Allée des Sapins 1;
3. Nan Van Houte (16/07/1954), Directora, de nacionalidade holandesa, residente em 1056 KJ Amsterdão (Holanda), Geusenkaade 22;
4. Mary Ann DeVlieg (14/03/1951), Directora executiva, de nacionalidade belga, residente em 1000 Bruxelas, Avenue d'Ypres 68.

Os administradores designaram por unanimidade Mary Ann DeVlieg, referida anteriormente, como administradora-delegada da Associação por um período de 3 anos. Está encarregada da gestão corrente da Associação e pode, dentro dos limites da gestão corrente, representar individualmente a Associação em relação a terceiros.

Mary Ann DeVlieg está mandatada para a prática de todos os atos necessários e para assinar todos os documentos necessários para a constituição da Associação e, nesta matéria, está mandatada para representar a Associação perante terceiros.

(assinado)

Mary Ann DeVlieg

Administradora
Administradora-Delegada
Mandatária

DELIBERAÇÃO Nº 100/AML/2018

Proposta 775/CM/2017 - Adesão do Município de Lisboa à Rede Europeia em Educação e Formação Profissional – Xarxa FP, à European Association of the Education of Adults e à Associação Portuguesa de Gestão de Pessoas, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva

Aprovada por Unanimidade

(Ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

PROPOSTA N.º 775/2017

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município de Lisboa à Rede Europeia em Educação e Formação Profissional - Xarxa FP, à European Association of the Education of Adults e à Associação Portuguesa de Gestão de Pessoas

Pelouro: Vereador João Paulo Saraiva

Serviço: DMRH

Considerando que:

1. O Município de Lisboa mantém uma política ativa de Aprendizagem ao Longo da Vida, nomeadamente, através da realização, em 2016, de 39 estágios internacionais e 197 estágios nacionais e 620 ações de Formação Profissional e de Educação de Adultos que integraram o Plano de Formação da Câmara Municipal de Lisboa, o Plano de Formação para Municípios, a Formação externa, o Centro Qualifica da Câmara Municipal de Lisboa e as Escolas de Calceteiros e de Jardinagem da Câmara Municipal de Lisboa;
2. As atividades desenvolvidas pelo Departamento de Desenvolvimento e Formação (DDF) da Direção Municipal de Recursos Humanos concorrem para a prossecução das metas definidas para Portugal no programa europeu para a educação e formação 2020, nomeadamente através do Centro Qualifica da Câmara Municipal de Lisboa, do Plano de Formação para Municípios, das Escolas de Calceteiros e de Jardinagem e do Programa de Estágios e Intercâmbios, nacionais e internacionais.

3. O estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações nacionais e internacionais nas áreas de Educação e Formação, contribui para a concretização das recomendações do Relatório conjunto de 2015 do Conselho e da Comissão sobre a aplicação do quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação (EF 2020), incluindo a:

“prossecução dos esforços de coordenação e de parceria entre os diferentes setores da aprendizagem, e entre as instituições de ensino e as partes interessadas pertinentes”,

e constitui uma mais-valia para a atuação do Município na Aprendizagem ao Longo da Vida, com reflexos manifestos na:

- promoção da mobilidade internacional em educação e formação na cidade de Lisboa.
- promoção da qualificação e das competências escolares e profissionais de cidadãos e de trabalhadores da autarquia;
- promoção de uma cultura aprendente e qualificante, transversal a toda a cidade, patente em todas as faixas etárias e independente de condição social;

4. O Departamento de Desenvolvimento e Formação identificou as seguintes entidades como estratégicas para a prossecução dos seus eixos de atividade:

- Rede Europeia em Educação e Formação Profissional - Xarxa FP (XARXA FP), com vista à prossecução do eixo de atividade referente à promoção da mobilidade internacional em educação e formação na cidade de Lisboa;
- - European Association for the Education of Adults (EAEA), com vista à prossecução do eixo de atividade referente à promoção de uma cultura aprendente e qualificante, transversal a toda a cidade, patente em todas as faixas etárias e independente de condição social;
- - Associação Portuguesa de Gestão das Pessoas (APG), com vista à prossecução do eixo de atividade referente à promoção da qualificação e das competências de cidadãos e de trabalhadores da autarquia.

5. A natureza e missão destas entidades, bem como as mais-valias decorrentes da adesão do Município às mesmas, apresentam-se seguidamente:

XARXA

- A rede Europeia em Educação e Formação Profissional - Xarxa FP (Xarxa FP) é uma organização sem fins lucrativos com mais de 15 anos de experiência internacional sediada em Barcelona e constituída por câmaras municipais e outros organismos públicos e privados de 23 cidades europeias;
- Xarxa FP tem como missão promover a qualidade de Educação e Formação Profissional (EFP) na Europa, através do desenvolvimento de estratégias conjuntas de mobilidade entre as cidades membros, destinadas a formandos e técnicos de EFP; através da participação em projetos de EFP internacionais e através da criação de parcerias estratégicas que reforcem a qualificação profissional;
- Xarxa FP constitui-se uma organização de referência na área da mobilidade europeia, promovendo anualmente, mais de 300 estágios em empresas e escolas de EFP de todos os setores de atividade e 130 intercâmbios entre técnicos de EFP e estabelecendo-se como uma ponte entre o mercado de trabalho e as ofertas de educação e formação profissional das cidades membro.
- O Departamento de Desenvolvimento e Formação manifestou interesse em aderir à referida rede nos termos da INF n.º 103/DMRH/DDF/16, datada de 29 de junho de 2016;

A integração do Município nesta rede permitirá:

- Envio e/ou acolhimento de formandos e/ou técnicos de Educação e Formação Profissional e outros especialistas, mediante o estabelecimento de parcerias estratégicas com outros membros da rede;
- Desenvolvimento de iniciativas conjuntas com outros membros da rede, no âmbito da mobilidade de formandos e técnicos em Educação e Formação Profissional;
- Representação e participação em projetos internacionais em Educação e Formação Profissional;
- Desenvolvimento de iniciativas conjuntas com outros membros da rede, no âmbito da inovação e melhoria da qualidade em Educação e Formação Profissional.

A integração do Município de Lisboa/DDF na rede Europeia em Educação e Formação Profissional - Xarxa FP implicará o pagamento de uma quota anual no valor de € 600,00 (seiscentos euros), bem como a participação de um ou dois técnicos na reunião anual do Conselho Geral da rede Xarxa FP, a realizar numa das cidades membro, sendo os custos de alojamento e estadia suportados pela rede Xarxa FP.

EAEA

- A European Association for the Education of Adults (EAEA) é uma ONG europeia com 116 organizações de 43 países que trabalham no campo da aprendizagem de adultos atuando ativamente na defesa e lobbying pela estratégia a longo prazo da educação adultos na Europa, contribuindo para a qualidade e conteúdo das políticas que estão a ser desenvolvidas e adotadas a nível Europeu ou a nível nacional.

A adesão do Município à EAEA permitirá:

- Partilha e colaboração com instituições nacionais e internacionais de Educação e Formação de Adultos;
- Participação no debate e influência à decisão e policy-making das políticas europeias de educação de adultos;
- Acesso às publicações, recursos e eventos de referência promovidos pela EAEA;
- Colaboração em investigações e projetos internacionais apoiados pela EAEA, em parceria com universidades e centros de investigação europeus;
- Desenvolvimento de iniciativas conjuntas com mais de 120 entidades nacionais e internacionais de toda a Europa, no âmbito da inovação e melhoria da qualidade em Educação e Formação de Adultos.

A adesão do Município de Lisboa na European Association for the Education of Adults (EAEA) implicará o pagamento de uma quota anual no valor de € 183,00 (cento e oitenta e três euros);

APG

- A Associação Portuguesa de Gestão das Pessoas (APG), é uma associação profissional de direito privado, de carácter cultural e científico, sem fins lucrativos, que se dedica à gestão do Capital

Humano, Gestão de Recursos Humanos, Gestão, Psicologia do Trabalho, Sociologia e Administração Pública. É uma associação de âmbito nacional que congrega pessoas e organizações que se dedicam à gestão do capital humano ou exercem funções especializadas nesta área, num total de cerca de 750 membros.

A adesão do Município à APG permitirá:

- Acesso a uma rede de profissionais, entre sócios individuais e organizações/associações nacionais e internacionais, da área da formação, do trabalho/emprego e dos recursos humanos.
- Acesso ao Centro de Recursos em Conhecimento - espaço de partilha de experiências, conhecimento e de disseminação de saberes inovadores na área da formação;
- Representação e participação em projetos da APG em Aprendizagem ao Longo da Vida;
- Assinatura das publicações de referência em RH, «Pessoal», «RHmagazine» e «human» e acesso à e-newsletter «Pessoalmente»
- Acesso a acordos celebrados com várias instituições de ensino superior nacionais para descontos em Licenciaturas, Pós-Graduações e MBA's;
- Compra de livros a preços reduzidos e acesso a desconto de 10% sobre o preço de capa em diversas publicações RH;
- Preços especiais de inscrição nos eventos nacionais e internacionais organizados pela APG ou em parceria com outras entidades e pelas associações congéneres de recursos humanos

A adesão do Município de Lisboa na European Association for the Education of Adults (EAEA) implicará o pagamento de uma quota anual no valor de € 750,00 (setecentos e cinquenta euros);

Assim, e atento o exposto, tenho a honra de propor que nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, bem como nos termos dos artigos 59.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com o artigo 53.º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

1 - Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município de Lisboa à rede Europeia de Educação e Formação Profissional Xarxa FP, bem como a aceitação dos respetivos Estatutos, que se constituem parte integrante da presente proposta; e a comparticipação anual de € 600,00

(seiscentos euros), sujeita à respetiva atualização anual. Esta verba tem cabimento na orgânica 06.02 rubrica económica 06.02.03,03 da Ação do Plano.40761.

2 - Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município de Lisboa à European Association for the Education of Adults - EAEA, bem como a aceitação dos respetivos Estatutos, que se constituem parte integrante da presente proposta; e a comparticipação anual de € 183,00 (cento e oitenta e três euros), sujeita à respetiva atualização anual e com efeito a partir de 2018 (efetuado o registo de encargo futuro).

3 - Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município de Lisboa à Associação Portuguesa de Gestão das Pessoas (APG), bem como a aceitação dos respetivos Estatutos, que se constituem parte integrante da presente proposta; e a comparticipação anual de € 750,00 (setecentos e cinquenta euros), sujeita à respetiva atualização anual. Esta verba tem cabimento na orgânica 06.02 rubrica económica 06.02.03,03 da Ação do Plano.40761.

ESTATUTOS

Associação Portuguesa dos Gestores
e Técnicos dos Recursos Humanos

Prop. n.º ^{DACM} 775/2017
Fls. _____



www.apg.pt

Sede Nacional
Av.º António Augusto de Aguiar,
n.º 106 – 7.º
1050-019 LISBOA
Tel.: 21 552 27 17
Fax: 21 552 27 13
email: global@apg.pt

Grupo Regional Norte
Alameda D. Pedro V.º n.º 79
Salas G, H e I
4400-115 VILA NOVA DE GAIA
Tel.: 22 371 36 58
Fax: 22 371 36 55
email: apg-grn@mail.telepac.pt

Estatutos aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de Junho de 2009
e publicados em 27 de Julho de 2009.

Índice

CAPÍTULO I Disposições gerais	03	CAPÍTULO III Dos Órgãos da Associação	07
Artigo 1º (Denominação e duração)		SECÇÃO I Disposições comuns	
Artigo 2º (Sede)		Artigo 11º (Órgãos)	
Artigo 3º (Objecto)		Artigo 12º (Capacidade eleitoral)	
Artigo 4º (Actividades)		Artigo 13º (Eleições e mandato)	
CAPÍTULO II Dos Associados	04	SECÇÃO II Da Assembleia Geral	08
Artigo 5º (Princípios)		Artigo 14º (Constituição)	
Artigo 6º (Símbolos)		Artigo 15º (Composição)	
Artigo 7º (Categorias de Sócios)		CAPÍTULO IV Das Competências	09
CAPÍTULO III Da Administração	05	Artigo 16º (Competências)	
Artigo 8º (Admissão)		Artigo 17º (Sessões da Assembleia Geral)	
CAPÍTULO IV Da Assembleia Geral	06	CAPÍTULO V Da Assembleia Geral	10
Artigo 9º (Direitos e deveres dos sócios)		Artigo 18º (Convocação)	
Artigo 10º (Suspensão, perda e exclusão da qualidade de sócio)		Artigo 19º (Funcionamento em primeira convocação)	
		Artigo 20º (Assembleias extraordinárias)	
		SECÇÃO III Da Direcção Nacional	
		Artigo 21º (Composição)	
		Artigo 22º (Competências)	

O Melhor do Mundo está nas Pessoas

11	Artigo 23º (Representação)	15	SECÇÃO II Das Delegações
12	Artigo 24º (Reuniões)		Artigo 35º (Designação)
	SECÇÃO IV Do Conselho Fiscal		Artigo 36º (Competências)
	Artigo 25º (Composição)		CAPÍTULO V
	Artigo 26º (Competências)		Do Património da Associação
	Artigo 27º (Reuniões)		Artigo 37º (Património e receitas)
13	SECÇÃO V Dos Grupos Regionais e Núcleos Especializados	16	Artigo 38º (Organização contabilística)
	Artigo 28º (Constituição)		CAPÍTULO VI
	Artigo 29º (Comissões directivas)		Organização e funcionamento
	Artigo 30º (Regime de funcionamento)		Artigo 39º (Regulamentos internos)
14	Artigo 31º (Planos de Actividades e Orçamentos)		CAPÍTULO VII
	Artigo 32º (Reuniões com a Direcção Nacional)		Disposições Finais
	CAPÍTULO IV		Artigo 40º (Alteração dos Estatutos)
	Do Conselho Consultivo e das Delegações		Artigo 41º (Dissolução)
	SECÇÃO I Do Conselho Consultivo		Artigo 42º (Casos omissos e lacunas)
	Artigo 33º (Conselho Consultivo)		
	Artigo 34º (Composição)		

CAPÍTULO I **Disposições gerais**

Artigo 3º **(Objecto)**

A APG define-se como uma associação que tem por objecto a promoção, organização e participação em actividades de índole científica, técnica ou cultural nas áreas de gestão, em especial da gestão dos recursos humanos, e das restantes áreas das ciências sociais e humanas.

Artigo 4º **(Actividades)**

Para a prossecução dos seus objectivos, a APG desenvolverá actividades que visem a formação e representação dos seus associados, a valorização da função "Recursos Humanos" nas organizações e a contribuição para a definição das políticas públicas em matéria de educação, formação profissional, emprego e relações laborais, através designadamente da:

- Elaboração de estudos, pareceres e projectos de aplicação das técnicas e de modelos da gestão dos recursos humanos;
- Emissão de pareceres sobre políticas, programas, projectos ou propostas de diplomas legislativos, por sua iniciativa ou a pedido dos órgãos de soberania, do poder regional ou local;
- Promoção de intercâmbios e cooperação com universidades, institutos politécnicos e demais instituições do ensino superior, escolas técnicas e profissionais, assim como outras associações e entidades es congéneres nacionais, comunitárias ou mundiais;

Artigo 1º **(Denominação e duração)**

A Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos dos Recursos Humanos, adiante designada abreviadamente por APG, é uma associação de direito privado, de carácter cultural e científico, sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes estatutos, pelo Código de ética e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, e que durará por tempo indeterminado.

Artigo 2º **(Sede)**

- A APG tem a sua sede na Avenida António Augusto de Aguiar, número cento e seis, sétimo andar, em Lisboa, freguesia de São Sebastião da Pedreira.
- A APG poderá criar Grupos Regionais quando o número de associados e a dinâmica das actividades numa determinada área geográfica o justificarem, ou fazer-se representar por Delegações, em qualquer ponto do território nacional.

d) Realização do Encontro Nacional, colóquios, conferências, congressos, cursos de formação e seminários, publicação e publicação de trabalhos e outras actividades tendentes a difundir as novas técnicas, a promover a modernização da gestão dos recursos humanos nas empresas e instituições públicas;

e) Criação de comissões e grupos de trabalho para o estudo e elaboração de assuntos específicos no âmbito das suas actividades;

f) Certificação das competências profissionais dos gestores e técnicos de recursos humanos;

g) Promoção de actividades de parceria no espaço nacional e de cooperação a nível internacional, designadamente com instituições dos países de língua oficial portuguesa, mediante a concepção, execução e avaliação de projectos nas áreas em que a APG desenvolve a sua actividade.

Artigo 5º (Princípios)

1. São princípios fundamentais da APG, a observar pelos seus associados, o rigor, a competência e a idoneidade.

2. A APG exclui do seu âmbito de atribuições, as finalidades e actividades de carácter sindical, patronal, confessional ou partidário.

Artigo 6º (Símbolos)

1. A APG possui símbolo e emblema próprios, nomeadamente logótipo e bandeira, que terão presença obrigatória em todos os seus actos solenes.

2. A alteração ou a adopção de outros símbolos e insígnias será objecto de aprovação em reunião da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção Nacional.

CAPÍTULO II Dos Associados

Artigo 7º (Categorias de Sócios)

1. Os sócios da APG, em número ilimitado, podem revestir as seguintes categorias:

- a) Efectivos;
- b) Colectivos;
- c) Correspondentes;
- d) Aderentes;
- e) Honorários.

2. Podem ser admitidos como sócios efectivos os indivíduos que:

a) Independentemente do título profissional que detenham exerçam funções nas áreas da gestão, da gestão dos recursos humanos ou das ciências sociais e humanas;

b) não exercendo as funções mencionadas na alínea antecedente, possuam grau de licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento nas referidas áreas, bem como curso de especialização tecnológica de nível secundário;

c) todos os que não se enquadrando nos requisitos exigidos nas alíneas precedentes, desempenhem funções técnicas na área da função "Recursos Humanos" das organizações públicas, privadas ou cooperativas ou que, por qualquer motivo, por ela se interessem.

3. Podem ser admitidos como sócios colectivos as instituições ou entidades que manifestem interesse em aderir aos objectivos da APG, nomeadamente:

a) universidades e escolas portuguesas que ministrem cursos superiores de especialização tecnológica de nível secundário nas áreas de intervenção da APG;

b) institutos públicos e departamentos da administração central e regional;

c) autarquias locais, suas associações e federações;

d) entidades privadas que revelem interesse em apoiar ou beneficiar das finalidades da APG.

4. Podem ser admitidos como sócios correspondentes os indivíduos de nacionalidade portuguesa ou estrangeira que:

a) não satisfazendo as condições exigidas para serem sócios efectivos ou não podendo participar pessoalmente nas actividades da APG, reúnam condições particulares que possam recomendar a sua admissão;

b) os sócios efectivos que, por razões de limite de idade, tenham cessado a sua actividade profissional mas que, querendo manter a sua relação com a APG, manifestem por escrito à Direcção Nacional a sua intenção de transitar para esta categoria de sócio, sem necessidade de pagamento de jóia.

5. Podem ser admitidos como sócios aderentes os alunos dos cursos de especialização tecnológica de nível secundário, licenciatura ou equiparádos e de mestrado que se preparem única e exclusivamente para o exercício das funções nas áreas referidas no número 2 deste artigo.

6. São sócios honorários os indivíduos que, tendo prestado relevantes serviços à APG, como tal sejam eleitos pela Assembleia Geral sob proposta da Direcção Nacional.

Artigo 8º (Admissão)

1. Os sócios efectivos, colectivos, correspondentes ou aderentes são admitidos mediante inscrição individual, a aprovar em reunião ordinária da Direcção Nacional.

2. As candidaturas a sócio efectivo, colectivo, correspondente ou aderente devem ser apresentadas pelo próprio, acompanhadas de prova de reconhecimento das condições previstas nos números 2, 3, 4 e 5, respectivamente, do artigo 7º dos presentes estatutos.

3. As dúvidas suscitadas com a inscrição de associados são resolvidas pela Direcção Nacional de acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Artigo 9º (Direitos e deveres dos sócios)

1. São direitos dos sócios efectivos:

- a) Participar e votar nas assembleias-gerais, sem prejuízo do disposto no artigo 12º;
- b) Requerer a convocação de assembleias gerais ou extraordinárias nos termos da lei ou dos presentes Estatutos;
- c) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeram por escrito e com pelo menos quinze dias de antecedência;
- d) Recorrer aos serviços de assistência ou apoio existentes na APG, designadamente ao Gabinete Jurídico-Laboral.

2. São direitos de todos os sócios:

- a) Beneficiar de todas as actividades promovidas pela APG;
- b) Usufruir de todas as vantagens e benefícios de carácter social e cultural instituídos pela APG.

3. São deveres dos sócios:

- a) Cumprir os Estatutos, o Código de Ética, os regulamentos e as deliberações da Assembleia Geral;
- b) Colaborar com os órgãos sociais da associação na realização das fins da APG;
- c) Contribuir para o património da APG, designadamente através do pagamento da jóia e da quota anual em vigor até ao termo do primeiro trimestre do ano a que respeitar;

b) A adopção de uma conduta que contribua para o desrespeito, desprestígio ou prejuízo da APG.

4. A deliberação de exclusão de um associado só pode ser decidida pela Direcção Nacional, em reunião plenária, observada a maioria de dois terços dos respectivos membros, em consequência de falta grave e depois de organizado o respectivo procedimento disciplinar.

5. Da decisão da Direcção Nacional cabe recurso para a Assembleia Geral, a qual decidirá em definitivo sobre a exclusão do sócio.

Artigo 12º (Capacidade eleitoral)

1. Apenas os sócios efectivos gozam da plena capacidade de eleger e ser eleitos para os cargos sociais.

2. Só poderão votar e ser eleitos para os referidos cargos os sócios efectivos que tenham, pelo menos, um ano de inscrição na APG à data de abertura do respectivo processo eleitoral e cujas quotas estejam regularizadas.

3. Para efeito do disposto no número anterior, e cumulativamente ao previsto na alínea c) do número 3 do artigo 9º, considera-se em situação regular o sócio que tenha procedido ao pagamento da quota correspondente ao ano civil em que se realiza o acto eleitoral.

Artigo 13º (Eleições e mandato)

1. Os membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção Nacional, do Conselho Fiscal e dos Grupos Regionais são eleitos em Assembleia Geral para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos até ao máximo de três mandatos consecutivos no mesmo órgão social.

2. Nenhum órgão da APG poderá funcionar sem que esteja preenchida metade mais um dos seus lugares.

CAPÍTULO III **Dos Órgãos da Associação**

SECÇÃO I **Disposições comuns**

Artigo 11º (Órgãos)

São órgãos da Associação:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Direcção Nacional;
- c) O Conselho Fiscal;
- d) As Comissões Directivas dos Grupos Regionais e dos Núcleos Especializados.

3. As decisões dos órgãos sociais e da Mesa da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos seus membros presentes, salvo nos casos em que seja exigida maioria qualificada, elaborando-se sempre as respectivas actas.

4. A apresentação de candidaturas é feita até 45 dias antes da realização do respectivo acto eleitoral, não sendo permitida a acumulação de cargos.

5. A eleição dos órgãos sociais será efectuada por lista e escrutínio secreto, de entre os sócios efectivos, considerando-se eleita, para cada órgão, a lista que obtiver a maioria absoluta dos votos expressos.

6. O voto pode ainda ser exercido por meios electrónicos, quando previstos em regulamento eleitoral, ou por correspondência pelos sócios efectivos residentes fora da localidade onde se realiza a Assembleia Geral ou que por motivo de força maior, a ela não possam assistir.

7. Não é permitido o voto por procuração.

8. No caso de o voto ser feito por correspondência, o boletim deve ser encerrado em subscrito fechado não identificado, acompanhado por carta assinada pelo votante, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

9. Os sócios eleitos para os órgãos da APG entram no exercício efectivo das suas funções na data da respectiva posse, a qual lhes deverá ser conferida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante, ou por sua delegação, no prazo de oito dias, acto de posse que será lavrado em acta.

10. Os membros suplentes serão chamados, sempre que necessário, para ocupar os lugares em aberto ou para desempenhar funções que venham a ser criadas em cada órgão da APG.

SECÇÃO II Da Assembleia Geral

Artigo 14º (Constituição)

A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios efectivos que se encontram no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 15º (Composição)

1. A Assembleia Geral é dirigida por uma mesa composta por um presidente, um vice-presidente e dois secretários.

2. Ao presidente compete convocar e dirigir os trabalhos da Assembleia Geral e aos secretários assegurar o expediente da mesma e redigir as respectivas actas que deverão ser assinadas por eles e pelo presidente.

3. O vice-presidente substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 16º (Competências)

A Assembleia Geral tem as competências definidas na lei civil e nos presentes estatutos, designadamente:

- Definir as linhas fundamentais de actuação da APG e zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e regulamentos;
- Aprovar, sob proposta da Direcção Nacional, o plano de actividades e o orçamento anual;
- Aprovar, sob proposta da Direcção Nacional, o relatório e as contas de cada exercício;
- Aprovar, sob proposta da Direcção Nacional, o montante das jónas e quotas a pagar pelos sócios efectivos;
- Aprovar, sob proposta da Direcção Nacional, a admissão de sócios honorários;
- Pronunciar-se sobre os recursos de deliberação de exclusão de sócios tomadas pela Direcção Nacional;
- Autorizar a demanda em juízo de qualquer dos membros dos corpos sociais por actos praticados no exercício do cargo;
- Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento;
- Aprovar alterações aos estatutos, por maioria qualificada de três quartos do número dos sócios presentes;
- Deliberar sobre tudo o que não estiver compreendido nas atribuições legais ou estatutárias de outros órgãos da APG.

Artigo 17º (Sessões da Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.

2. A Assembleia Geral reunirá obrigatoriamente até 31 de Março, em sessão ordinária, para discussão e aprovação do relatório e contas da Direcção Nacional, podendo, igualmente, deliberar sobre qualquer outro assunto que conste da respectiva ordem de trabalhos.

3. Para eleição dos corpos sociais, a Assembleia Geral reunirá expressamente na sessão ordinária imediatamente subsequente ao final de cada mandato.

4. Da ordem de trabalhos da primeira reunião da Assembleia Geral que se seguir à interposição de recurso da decisão da Direcção Nacional sobre a exclusão de sócio prevista no número 4 do artigo 10º e na alínea f) do artigo 16º, constará obrigatoriamente a apreciação dos recursos que se encontrem pendentes.

5. A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo Presidente, a pedido da Direcção Nacional, do Conselho Fiscal ou a requerimento fundamentado de, pelo menos, cem sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 18º (Convocação)

1. A Assembleia Geral é convocada por aviso postal, via electrónica ou outro meio legalmente previsto, enviado a todos os sócios efectivos com, pelo menos, quinze dias de antecedência; sendo a respectiva convocatória igualmente divulgada nos órgãos de comunicação internos da Associação.

2. Dos avisos convocatórios constarão obrigatoriamente o local e a hora da reunião, bem como a ordem de trabalhos, de qual poderá constar o anúncio da reunião da assembleia, em segunda convocação, para uma hora depois.

Artigo 19º (Funcionamento em primeira convocação)

Para a Assembleia Geral funcionar em primeira convocação torna-se necessária a presença da maioria dos sócios com direito a voto, podendo funcionar em segunda convocação com qualquer número de sócios.

Artigo 20º (Assembleias extraordinárias)

As Assembleias Gerais extraordinárias reunidas a requerimento dos sócios efectivos só poderão funcionar se se verificar a comparecência de, pelo menos, dois terços dos sócios requerentes.

SECÇÃO III Da Direcção Nacional

Artigo 21º (Composição)

1. A Direcção Nacional é constituída por sete elementos eleitos, sendo:

- Um Presidente;
- Um Vice-Presidente;
- Três Vogais Efectivos;
- Dois Vogais Suplentes.

2. São ainda vice-presidentes da Direcção Nacional, por inerência, os presidentes das comissões directivas dos grupos regionais e dos núcleos especializados.

3. São ainda membros da Direcção Nacional, por inerência, um vogal efectivo de cada um dos grupos regionais existentes, sendo a sua nomeação da responsabilidade do respectivo presidente da comissão directiva.

4. Um dos membros da Direcção Nacional, com exclusão do presidente, desempenhará as funções de responsável pela área financeira.

Artigo 22º (Competências)

1. Compete à Direcção Nacional orientar toda a actividade da APG, tomando e fazendo executar as decisões que se mostrem adequadas à realização dos seus objectivos e, em especial:

- Da execução das deliberações de Assembleia Geral;
- Organizar e supervisionar os serviços da APG e contratar o pessoal e os colaboradores necessários, bem como fixar as respectivas remunerações;
- Promover, aprovar, modificar ou extinguir os grupos regionais e os núcleos especializados previstos na secção V do presente capítulo;
- Constituir e extinguir as comissões e grupos de trabalho referidos na alínea e) do artigo 4.º;
- Deliberar sobre a admissão de novos sócios;
- Tomar de arrendamento ou adquirir bens irrevogáveis para instalar os serviços da APG e decidir da aplicação de fundos;
- Propor à Assembleia Geral o montante das jóias e quotas a pagar pelos sócios efectivos;
- Fixar o montante das jóias e quotas a pagar pelos sócios correspondentes, aderentes e colectivos;
- Delimitar as áreas geográficas dos grupos regionais e o âmbito dos núcleos especializados;
- Aprovar os planos de actividade e os orçamentos anuais dos grupos regionais e núcleos especializados, bem como os respectivos relatórios de execução;
- Aprovar os regulamentos internos;
- Criar delegações da APG;
- Aprovar a adesão a entidades congéneres nacionais, comunitárias ou mundiais, cujos objectivos se identifiquem com os da APG;
- Exercer as demais funções previstas nestes estatutos ou na lei, que sejam compatíveis com as finalidades da APG.

2. Os actos previstos na alínea c) carecem de parecer das comissões directivas dos grupos regionais e/ou dos núcleos especializados.

3. A Direcção Nacional poderá, ouvido o Conselho Fiscal, compensar os seus membros por prejuízos decorrentes do exercício dos seus cargos.

Artigo 23º (Representação)

1. A APG é representada, em juízo e fora dele, pelo presidente da Direcção Nacional ou, no seu impedimento, pelo respectivo vice-presidente.

2. Se o assunto for de âmbito regional, o presidente nacional poderá delegar no presidente do grupo regional respectivo.

3. A APG fica obrigada pela assinatura conjunta de dois membros efectivos da Direcção Nacional, sendo, obrigatoriamente, uma do presidente ou do vice-presidente nacionais.

4. A Direcção Nacional pode deliberar delegar a segunda assinatura no Director Executivo ou em cargo equivalente devendo, neste caso, a primeira assinatura ser sempre a do presidente ou do vice-presidente nacionais.

Artigo 24º (Reuniões)

1. A Direcção Nacional reúne, pelo menos, uma vez por mês.
2. As deliberações da Direcção Nacional serão tomadas por maioria de votos dos presentes, tendo o presidente voto de desempate, ficando lavradas em acta.
3. Nas reuniões destinadas à aprovação dos programas de actividade e orçamentos dos grupos regionais e núcleos especializados tomarão parte os responsáveis financeiros destes, com direito a voto.
4. As reuniões da Direcção Nacional serão convocadas, pelo menos, com três dias de antecedência, pelo presidente ou quem as suas vezes fizer.

SECÇÃO IV Do Conselho Fiscal

Artigo 25º (Composição)

O Conselho Fiscal é formado por três membros efectivos: presidente, vice-presidente, secretário, e um membro suplente.

Artigo 26º (Competências)

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Verificar os balancetes de receita e despesa, conferir os documentos de despesa e a legalidade dos pagamentos efectuados;
- b) Examinar, pelo menos semestralmente, a escrita da APG, que deve integrar as contas dos grupos regionais e dos núcleos especializados;
- c) Emitir parecer sobre o relatório e contas da APG, que incluirá, obrigatoriamente, os relatórios de actividade e contas dos grupos regionais e dos núcleos especializados;
- d) Reunir com a Direcção Nacional sempre que o entender conveniente e dar parecer sobre qualquer consulta que lhe seja apresentada;
- e) Verificar a lista de presenças a qualquer Assembleia Geral.

Artigo 27º (Reuniões)

1. O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente pelo menos uma vez por semestre, sem prejuízo do regular acompanhamento da actividade da Direcção Nacional.
2. O presidente do Conselho Fiscal pode intervir, sem direito a voto, nas reuniões da Direcção Nacional.

SECÇÃO V Dos Grupos Regionais e Núcleos Especializados

Artigo 28º (Constituição)

1. Os sócios podem constituir-se em Grupos Regionais ou Núcleos Especializados de âmbito nacional com o fim de aumentar a capacidade de intervenção e desenvolver actividades que sirvam os objectivos da APG.
2. Um Grupo Regional só poderá constituir-se desde que haja um mínimo de cinquenta sócios proponentes.
3. A área geográfica de um Grupo Regional coincidirá sempre com uma ou mais circunscrições administrativas e será definida pela Direcção Nacional.
4. Os Núcleos Especializados terão que ser propostos por um mínimo de vinte sócios e, pela sua especificidade técnica, são de âmbito nacional, embora possam propor a nomeação de delegados nos grupos regionais existentes ou em localidades onde tal se justifique.

Artigo 29º (Comissões directivas)

1. Os Grupos Regionais e os Núcleos Especializados serão dirigidos por comissões directivas próprias, eleitas de três em três anos pelos sócios da respectiva área geográfica ou pelos sócios inscritos no núcleo.

Artigo 30º (Regime de funcionamento)

1. Os Grupos Regionais poderão ter instalações próprias e gozam de autonomia administrativa e financeira.
2. Os Grupos Regionais podem arrecadar o produto das quotas cobradas na respectiva área geográfica, sendo a jóia de inscrição receita da Direcção Nacional.
3. No caso específico do Encontro Nacional cuja organização deverá ser atribuída a um Grupo Regional, pelo menos uma vez por triénio, a entidade organizadora terá direito a receber vinte e cinco por cento da receita líquida do Encontro.

Artigo 31º

(Planos de Actividades e Orçamentos)

1. Os programas e orçamentos anuais serão obrigatoriamente sujeitos à aprovação da Direcção Nacional em reunião plenária, devendo ser aprovados por maioria dos votos dos directores presentes.

2. O relatório de actividade e as contas anuais serão apresentados ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral para efeitos de aprovação.

3. As comissões directivas respondem somente pelos bens próprios do Grupo Regional que dirigem.

4. Em nenhum caso, porém, a APG ficará obrigada para além dos bens próprios dos Grupos Regionais.

Artigo 32º

(Reuniões com a Direcção Nacional)

As comissões directivas dos Grupos Regionais e dos Núcleos Especializados podem solicitar, individualmente ou em conjunto, ao presidente nacional, a convocação de reuniões extraordinárias da Direcção Nacional, sempre que motivos ponderosos o justifiquem, mediante carta de que deve constar, obrigatoriamente, a enumeração dos motivos e dos assuntos a tratar na reunião.

CAPÍTULO IV

Do Conselho Consultivo e das Delegações

SECÇÃO I

Do Conselho Consultivo

ARTIGO 33º

(Conselho Consultivo)

1. Para missões de aconselhamento, em especial quanto à orientação estratégica do desenvolvimento das suas actividades, a APG dispõe de um Conselho Consultivo.

2. O Conselho Consultivo é presidido pelo presidente da Direcção Nacional.

Artigo 34º

(Composição)

1. Fazem parte do Conselho Consultivo:

- a) O presidente e o vice-presidente da Direcção Nacional em exercício e todos os outros ex-presidentes da Direcção Nacional;
- b) Os presidentes da mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal em exercício;
- c) Os presidentes dos Grupos Regionais e dos Núcleos;
- d) Os sócios ou personalidades de reconhecida competência profissional ou capacidade científica, designados pela Direcção Nacional.

2. Os membros do Conselho Consultivo mencionados na alínea anterior são designados pela Direcção Nacional, unicamente para o período do respectivo mandato.

SECÇÃO II

Das Delegações

Artigo 35º

(Designação)

1. Para maior implementação local da APG, poderão ser criadas, por decisão da Direcção Nacional em zonas do país onde tal se justifique, delegações, nos termos do número 2 do artigo 2.º.

2. O delegado regional reporta directamente à Direcção Nacional.

Artigo 36º

(Competências)

1. Compete aos delegados da APG:

- a) Dirigir as actividades da Delegação, em articulação com o programa da Direcção Nacional e o plano anual de actividades da APG;
- b) Promover e representar a APG na zona que lhe for atribuída;
- c) Cumprir e divulgar as deliberações da Direcção Nacional;
- d) Apresentar à Direcção Nacional a proposta das actividades a implementar na respectiva zona;

- e) Transmittir à Direcção Nacional as condições globais da zona;

- f) Representar, junto da Direcção Nacional, os sócios da zona da sua competência;

- g) Transmittir à Direcção Nacional os problemas e situações que lhe tenham sido expostos pelos sócios da zona da sua competência.

2. Os delegados poderão participar nas reuniões da Direcção Nacional a convite desta, sem direito a voto.

3. As delegações, embora sem autonomia administrativa e financeira, devem apresentar à Direcção Nacional para aprovação as propostas de actividades a desenvolver, devidamente organizadas.

CAPÍTULO V

Do Património da Associação

Artigo 37º

(Património e receitas)

1. Constitui património da APG o conjunto de bens e direitos que lhe advenham a qualquer título.

2. Constituem designadamente receitas da APG:

- a) As jotas de inscrição e as quotas dos sócios;
- b) O produto resultante dos serviços prestados;
- c) Os resultados da venda de publicações;
- d) Os juros e rendimentos dos bens e actividades da APG;

e) As subvenções que lhe sejam concedidas, nomeadamente por entidades nacionais ou comunitárias;

f) Quaisquer outras receitas de que possa beneficiar, tais como donativos, heranças ou legados.

Artigo 38º (Organização contabilística)

1. A Direcção Nacional é responsável pelo controlo e registo de todas as suas receitas e despesas e pela consolidação contabilística a nível nacional das contas dos Grupos Regionais.

2. As comissões directivas dos Grupos Regionais são responsáveis pelo registo de todas as despesas e receitas próprias, de acordo com as rubricas definidas para a contabilidade da APG, devendo apresentar à Direcção Nacional um balancete trimestral que demonstre cabalmente as despesas e receitas auferidas.

CAPÍTULO VI **Organização e funcionamento**

Artigo 39º (Regulamentos internos)

Sem prejuízo do disposto na lei e nos presentes estatutos, a organização interna da APG e o funcionamento dos seus órgãos poderão constar de regulamentos internos a aprovar pela Direcção Nacional.

CAPÍTULO VII **Disposições Finais**

Artigo 40º (Alteração dos Estatutos)

A alteração dos Estatutos da APG só poderá verificar-se em Assembleia Geral extraordinária para esse efeito expressamente convocada e exige o voto de três quartos do número de sócios efectivos presentes, nos termos do artigo 175.º/3 do Código Civil.

Artigo 41º (Dissolução)

1. A APG dissolve-se nos termos da lei.
2. As deliberações sobre a dissolução da APG requerem o voto favorável de três quartos do total dos sócios efectivos.

Artigo 42º (Casos omissos e lacunas)

Nos casos omissos e na integração de acúmulos resultantes dos presentes Estatutos, aplicar-se-á subsidiariamente a legislação aplicável às associações, os regulamentos internos e as deliberações da Assembleia Geral.

DELIBERAÇÃO Nº 101/AML/2018

Proposta 30/CM/2018 - Repartição de encargos e autorização prévia para a assunção de compromissos para os anos económicos de 2018 a 2020, no âmbito do **Ajuste Direto** para a **locação de 10 veículos automóveis pesados** de carga elétricos e prestação de **serviços de manutenção e assistência**, *nos termos da proposta*.

Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PAN/ PEV/ 7 IND – **Abstenção:** CDS-PP/ MPT/ PPM

(Ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

PROPOSTA N.º 30/2018

ASSUNTO: Deliberar submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos, bem como a emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos para os anos económicos de 2018 a 2020, no âmbito do Ajuste Direto para a locação de 10 veículos automóveis pesados de carga elétricos e prestação de serviços de manutenção e assistência, pelo período de 24 meses

PELOURO: FROTA – Vereador Duarte Cordeiro

SERVIÇO: DMHU/DRMM

Considerando que:

1. O Município de Lisboa foi a entidade pública nacional pioneira em matéria de mobilidade suave, nomeadamente no investimento em viaturas movidas exclusivamente a eletricidade, sendo ainda hoje em Portugal, uma das entidades em que a este segmento de viaturas tem maior percentagem de unidades ao nível das respetivas frotas automóveis.
2. Município de Lisboa, desde sempre se associou ao desenvolvimento tecnológico que tem por objetivo a minimização de emissões, por forma a reduzir a pegada ecológica da sua frota.
3. Também no que respeita ao desenvolvimento de veículos pesados de carga elétricos, o Município de Lisboa esteve intimamente ligado, através de uma parceria que levou a cabo em 2014 para a realização de testes reais de frota do protótipo deste tipo de veículos.
4. Os veículos elétricos constituem o meio mais vantajoso de mobilidade urbana para responder às questões atuais ao nível da dependência dos combustíveis fósseis.

5. Ao nível das questões atuais relativas às condições climáticas, tal como o aquecimento global e a qualidade do ar, este tipo de veículos representa, igualmente, o meio de mobilidade mais adequado, dado que cada veículo elétrico contribui para a poupança de CO₂, comparativamente às toneladas/ano emitidas por um veículo movido a gasóleo.
6. Existem, entre outros, fatores que estão a tornar o veículo elétrico como uma solução de mobilidade de maior viabilidade, tal como a evolução tecnológica ao nível da sua utilização, nomeadamente o aumento substancial da autonomia e duração das baterias e a diminuição dos tempos de carga, para além de possuírem um preço de mercado cada vez mais competitivo, designadamente aquando da análise dos custos de manutenção e de quilómetros percorridos.
7. Este tipo de solução tecnológica, adaptada aos veículos pesados, não se encontra ainda em plena produção, mas ainda em fase de lançamento, pelo que, no mercado atual, a aquisição da propriedade ou o aluguer deste tipo de veículos ainda não é possível.
8. É apanágio do Município de Lisboa estar na vanguarda da adoção de medidas que permitam mitigar os efeitos nefastos da poluição em ambiente urbano e reduzir consequentemente as emissões de CO₂, gases e partículas nocivas.
9. A estratégia preconizada pelo Município de Lisboa prevê a aposta na utilização deste tipo de solução tecnológica, nomeadamente nas zonas de maior preponderância turística, que permita a melhoria da qualidade do ar da cidade bem como a imagem inovadora do Município.
10. Cabe ao Município, no âmbito do desenvolvimento de políticas ativas, tendentes a assegurar a sustentabilidade futura do Turismo, um papel central enquanto fonte de riqueza e de desenvolvimento da cidade.
11. É desiderato do Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa o financiamento de investimentos e ações prioritárias para a sustentabilidade de Lisboa como destino turístico de referência a nível mundial.
12. A presente proposta cumpre com os princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de agosto, e pelas Leis n.ºs 23/2003, de 2 de julho, 48/2004, de 24 de agosto, 48/2010, de 19 de outubro, 22/2011, de 20 de maio, e 52/2011, de 13 de outubro, e alterada e republicada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, aplicável por remissão do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, e pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, designadamente os princípios da economia, eficiência e eficácia, que devem caracterizar a assunção de compromissos e a realização da despesa.
13. O contrato a celebrar encontra-se pelas suas características específicas, abrangido pela exceção constante da alínea a) do n.º 8 do artigo 49.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, não se encontrando, portanto, sujeito à manutenção do valor remuneratório, dado tratar-se de um contrato misto. A classificação como contrato misto, fundamenta-se no facto da prestação de serviços não ser o tipo contratual preponderante, considerando que estamos perante um

contrato de locação, contrato que se caracteriza por uma das partes colocar um bem à disposição de outra mediante uma remuneração, em que a componente da aquisição de serviços, não é por conseguinte, o tipo contratual preponderante, sendo que os veículos a contratar possuem características distintas de quaisquer outros já anteriormente objeto de contratos de locação.

14. A despesa inerente a este procedimento de formação contratual dá lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico, não estando previsto em Plano Plurianual.
15. A abertura de procedimento, relativo a despesa que der lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, que exceda o limite anual de € 99.759,58, está sujeita a prévia autorização da Assembleia Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.
16. A assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b) do artigo 3.º e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.
17. Que a competência para autorizar a repartição de encargos e a assunção de compromissos plurianuais cabe à Assembleia Municipal, nos termos conjugados dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho e da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.
18. A autorização da repartição de encargos proposta para os anos económicos de 2018, 2019 e 2020, poderá sofrer ainda ajustamentos, sem ultrapassar, todavia, o montante global indicado nem o ano de fim, quanto aos valores anuais respetivos, em função dos consumos ocorridos ou dos serviços efetivamente prestados.

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE:

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 24.º e nas alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, e na alínea b) do artigo 3.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:

1. **Submeter à Assembleia Municipal** a prévia autorização da repartição de encargos, bem como sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo do contrato, efetuar ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos consumos ou dos serviços efetivamente prestados, e a emissão de autorização prévia para a assunção

de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2018, 2019 e 2020, no âmbito do ajuste direto para a locação de 10 veículos automóveis pesados de carga elétricos e prestação de serviços de manutenção e assistência, pelo período de 24 meses, até ao valor máximo de 337.680,00€ (trezentos e trinta e sete mil seiscientos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no valor de 77.666,40€ (setenta e sete mil seiscientos e sessenta e seis euros e quarenta cêntimos), totalizando o valor de 415.346,40€ (quatrocentos e quinze mil trezentos e quarenta e seis euros e quarenta cêntimos), para os seguintes anos económicos da seguinte forma:

ANO	Valor s/ IVA (€)	IVA (€)	Valor c/ IVA (€)
2018	147.735,00	33.979,05	181.714,05
2019	168.840,00	38.833,20	207.673,20
2020	21.105,00	4.854,15	25.959,15
TOTAL	337.680,00	77.666,40	415.346,40

A despesa irá integrar a rubrica orçamental 02.02.06 (A4.P006.08) da orgânica 17.01.

14.ª Reunião / 9.ª Sessão Extraordinária - Realizada em 2018/03/13

Tema 7: Cultura, Educação, Juventude e Desporto

Subtema: Cultura

DELIBERAÇÃO Nº 105/AML/2018

Recomendação nº 013/01 – Retificada - Resultante do Parecer da 7ª Comissão Permanente “Sobre a Petição n.º 3/2018 – Marcha do Alto do Pina”

Subscrita pela 7ª Comissão Permanente

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ CDS-PP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ PPM/ 8 IND – **Contra:** 1 DM PS

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à Câmara):

1. Que agilize a transferência financeira para as marchas concorrentes a partir de janeiro, atendendo ao esforço financeiro inicial necessário a satisfazer por parte das coletividades indexados aos preparativos organizacionais e logísticos das marchas;
2. Que assegure melhores condições de segurança dos marchantes no desfile, no início e principalmente no fecho do desfile de cada marcha na zona dos Restauradores;
3. Que apoie e proteja as coletividades, associações e agremiações ainda existentes em Lisboa, face ao seu importante papel na promoção e organização das marchas dos seus bairros, bem como na sua ação na coesão social e divulgação cultural das suas memórias;
4. Que promova a reflexão e o debate com os interlocutores sobre um futuro modelo para as marchas populares de Lisboa;
5. Que desenvolva um estudo sobre o impacto das marchas populares na economia da cidade;
6. Que diligencie uma solução para encontrar instalações que permitam a realização dos ensaios da Marcha do Alto do Pina.
7. Que a EGEAC, a título excecional e de forma a acautelar todas as expectativas geradas pela alteração dos regulamentos e pelas dúvidas na sua aplicação no tempo, admita a participação a concurso da marcha do Alto do Pina, acrescendo às marchas já selecionadas por sorteio nos termos do regulamento;
8. Que a EGEAC, com vista a evitar a mesma dificuldade de aplicação no tempo dos regulamentos na edição do próximo ano, crie desde já uma norma transitória clara que determine:
 - a) O número exato de marchas a concorrer no ano de 2019;
 - b) Quantas marchas participantes em 2018 ficarão de fora em 2019;
 - c) Quantas marchas deverão ser sorteadas em 2019 para preencher todas as vagas.

9. Que a Câmara, através da EGEAC, reitere junto do júri a necessidade de não atribuição de classificações ex-aequo, em particular em relação aos últimos classificados, de forma a evitar dúvidas futuras, similares às que estiveram na origem do caso em análise na presente petição.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://am-lisboa.pt/302000/1/009197,000423/index.htm>)

Tema 6 – Direitos Sociais e Cidadania

Subtema: Igualdade de Direitos

DELIBERAÇÃO Nº 106/AML/2018

Voto nº 13/01 – Nova Versão – Voto de Saudação “8 de Março – Dia Internacional dos Direitos das Mulheres”

Subscrito pelo Grupo Municipal do BE

Aprovado por Unanimidade

(Ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

- “1.Saudar o Dia Internacional dos Direitos das Mulheres e apelar à participação em todas as comemorações e iniciativas associadas a esta celebração, agendadas para este dia e no mês de março, por todo o país;
- 2.Saudar todas as lutas, organizações e movimentos feministas;
- 3.Saudar todas as pessoas que ativa e empenhadamente lutam por uma sociedade mais igual, mais justa e contra todas as discriminações.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/303000/1/009188,000433/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 107/AML/2018

Voto nº 13/02 – “Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher – Um longo caminho percorrido e um longo caminho a percorrer”

Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN

Aprovado por Unanimidade

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

- “a. Saudar o Dia Internacional da Mulher;
- b. Saudar todas as mulheres e homens que ao longo dos tempos têm lutado pela igualdade de género;
- c. Congratular todos os movimentos que ao longo desta semana, por ora do dia 8 Março. se encontram a manifestar nas ruas de Lisboa pelos direitos das mulheres;
- d. Saudar todas as mulheres, em particular aquelas que em todo e qualquer lugar possam ser vítimas da violência e da opressão, para que saibam que não nos calaremos, que permanecemos vigilantes e que iremos lutar para que todas as mulheres tenham os mesmos direitos, designadamente à igualdade, à dignidade, à oportunidade, ao sonho, ao empoderamento e a um futuro, como é de justiça.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/303000/1/009210,000433/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 108/AML/2018

Voto nº 13/05 – Voto de Saudação “Dia Internacional da Mulher, 08 de Março”

Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD

Aprovado por Unanimidade

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

- “1.Saudar o Dia Internacional da Mulher;
- 2.Saudar todas as mulheres e homens que lutam pelos direitos das mulheres, pela igualdade de género e de oportunidades.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/303000/1/009215,000433/index.htm>)

Tema 4 - Ambiente e Qualidade de Vida

Subtema: Ambiente

DELIBERAÇÃO Nº 109/AML/2018

Voto nº 13/03 – Voto de Saudação - “Arlindo Consolado Marques – Guardião do Tejo”

Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN

Aprovado por Unanimidade

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

“1.Saudar e homenagear publicamente o cidadão Arlindo Consolado Marques pela forma empenhada como tem alertado para a poluição do rio Tejo e contribuído para a defesa de um património que é de todos nós.”

Encaminhamento dado pela Mesa de acordo com os proponentes da deliberação:

“2.Envia este voto a Arlindo Consolado Marques.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/303000/1/,000431/index.htm>)

Tema 9 – Outros temas

DELIBERAÇÃO Nº 110/AML/2018

Voto nº 13/04 – Nova Versão – “Voto de Solidariedade para com o povo de Ghouta na Síria e Condenação de crimes cometidos contra a Humanidade”

Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ CDS-PP/ BE/ PAN/ MPT/ PPM/ 5 IND

– **Abstenção:** PCP/ PEV/ 2 IND

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

- “1.Guardar um minuto em voto de pesar pelas vítimas da Síria;
- 2.Condenar todas as formas de violência exercida sobre a população da Síria envolvidos neste contexto de guerra;
- 3.Repudiar a reiterada violação dos direitos humanos;
- 4.Apelar ao fim imediato de ataques contra a Humanidade.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/303000/1/009209,000428/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 111/AML/2018

Proposta 57/CM/2018 - Ampliação do contrato de **Direito de Superfície constituído a favor do Instituto Superior Técnico**, sobre um prédio municipal sito no Jardim do Arco Cego, *nos termos da mesma*

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ 8 IND – **Contra:** PAN - **Abstenção:** CDS-PP/ MPT/ PPM

PROPOSTA N.º 57/2018

Assunto: Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a ampliação do contrato de **Direito de Superfície constituído a favor do Instituto Superior Técnico**, sobre um prédio municipal sito no Jardim do Arco Cego.

Pelouro: Património

Serviço: Direção Municipal de Gestão Patrimonial - DMGP

Considerando que:

- a) Em cumprimento da Proposta n.º 602/2012 e por escritura de constituição de direito de superfície, datada 11 de julho de 2013, o Instituto Superior Técnico, doravante designado apenas por IST, é titular de um direito de superfície, pelo prazo de cinquenta anos, incidente sobre uma

parcela de terreno municipal com a área total de 3.390,00m², sita no Jardim do Arco Cego, descrita em sede de registo predial sob o n.º 3994 da freguesia de São Jorge de Arroios **(Anexo I)**;

- b) No âmbito do referido contrato o IST se obrigou a reabilitar a estrutura do edifício da Antiga Gare do Arco do Cego, possibilitando a reutilização do espaço edificado e respetiva área envolvente com uma estrutura para o desenvolvimento de atividades relacionadas com a comunidade estudantil e universitária, permitindo também a sua utilização pública gratuita **(Anexo II)**;
- c) O IST se obrigou igualmente a integrar no seu projeto e a construir um Posto Avançado para o Regimento de Sapadores Bombeiros, para posterior cedência ao Município;
- d) Para esse fim o IST, na qualidade de superficiário, submeteu à apreciação da Câmara Municipal de Lisboa, um Pedido de Licenciamento para a “Antiga Gare do Arco do Cego”, que deu origem ao Processo n.º 1235/EDI/2015;
- e) O projeto de arquitetura aprovado através da Proposta n.º 196/2017, em Reunião de Câmara de 20 de abril de 2017, propõe a reabilitação do edifício existente da “Antiga Gare do Arco do Cego”, sem recurso à demolição, mantendo a volumetria existente com consolidação da respetiva estrutura, designadamente, reconvertendo as três naves de caráter industrial para instalação de Centro de Investigação Tecnológica e Científica, para estudantes universitários e público diversificado - o *Técnico Learning Center* (TLC), utilização do subsolo com áreas técnicas, bem como a construção de um Posto Avançado do Regimento Sapadores Bombeiros, independente das instalações do TLC e com acesso autónomo **(Anexo III)**;
- f) O TLC albergará uma diversidade de espaços: *Hotspot* (áreas de átrio, receção, loja, cafetaria, instalações sanitárias), espaço 24 (espaço de estudo informal com 450 postos de trabalho infraestruturados e acesso 24h), espaço multiuso (destinado a eventos e atividades culturais), laboratório de tecnologias de informação e um núcleo de apoio logístico do edifício (com cais de

cargas e descargas, acesso viário independente, depósito de lixo e instalações sanitárias para os serviços);

- g)** O Posto Avançado será dotado de garagem, receção, gabinetes, refeitório e cozinha, sala do bombeiro, camaratas, balneários e instalações sanitárias e uma área social e técnica;
- h)** É do interesse do Município de Lisboa assegurar a reabilitação da estrutura da “Antiga Gare do Arco de Cego”, que corresponde a um típico edifício industrial do final do século XIX, o qual é parte integrante da memória da Cidade e do inventário municipal, enquanto conjunto arquitetónico da lista de “Bens Imóveis de Interesse Municipal e outros Bens Culturais Móveis” da Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (antiga Central da Carris - CMP 23.69), bem como dos respetivos espaços públicos adjacentes;
- i)** Com esta operação o Município de Lisboa devolve aos Lisboaetas um edifício reabilitado, sem que tenha de suportar um esforço financeiro relevante, proporcionando um espaço apto a ser utilizado pela comunidade estudantil e pelo público em geral, com atividades relevantes para a cidade, promovendo um espaço de enriquecimento cultural, científico e social, de acesso generalizado dos munícipes;
- j)** Para acomodar o projeto aprovado, se mostra necessário alterar o atual Direito de Superfície, uma vez que os limites da intervenção são superiores ao contratualizado a 11 de julho de 2013, anexando ao prédio inicial quatro (4) parcelas de terreno, em que a ocupação de três (3) delas é em subsolo, com áreas técnicas e infraestruturas enterradas com uso público à superfície, e a quarta com a instalação de um Posto de Transformação;
- k)** Esta proposta visa apenas criar as condições legais e patrimoniais que permitam adaptar a realidade aprovada a coberto da citada Proposta n.º 196/2017, mantendo no global as condições e obrigações assumidas entre as partes, salvo as que se julgam agora indispensáveis para a ampliação do direito de superfície já existente.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual:

- A ampliação do direito de superfície constituído a favor do Instituto Superior Técnico, por escritura pública celebrada em 11 de julho de 2013, sobre uma parcela de terreno municipal sita no Jardim do Arco Cego, descrita em sede de registo predial sob o n.º 3994 da freguesia de São Jorge de Arroios, que passará a ter a área total de 4.975,00m², resultante da anexação das parcelas a seguir descritas:

- a) Parcela n.º 1, com a área de 228m², a desanexar do prédio municipal descrito em sede de registo predial sob o n.º 2161 da freguesia de São Jorge de Arroios e identificada na Planta 18/004/DMGP a cor azul e à qual se atribui apenas para efeitos fiscais o valor de €1.140,00 (mil cento e quarenta euros) **(Anexos IV e V)**;
- b) Parcela n.º 2, com a área de 47m², a desanexar do prédio municipal descrito em sede de registo predial sob o n.º 2161 da freguesia de São Jorge de Arroios e identificada na Planta 18/004/DMGP a cor azul e à qual se atribui apenas para efeitos fiscais o valor €235,00 (duzentos e trinta e cinco euros) **(Anexos IV e V)**;
- c) Parcela n.º 3, com a área de 765m², a desanexar do prédio municipal descrito em sede de registo predial sob o n.º 2082 da freguesia de São Jorge de Arroios e identificada na Planta 18/004/DMGP a cor azul e à qual se atribui apenas para efeitos fiscais o valor de €3.825,00 (três mil oitocentos e vinte e cinco euros) **(Anexos IV e V)**;
- d) Parcela n.º 4, com a área de 545m², a desanexar do prédio municipal descrito em sede de registo predial sob o n.º 2082 da freguesia de São Jorge de Arroios e identificada na Planta 18/004/DMGP a cor azul e à qual se atribui apenas para efeitos fiscais o valor de €2.725,00 (dois mil setecentos e vinte e cinco euros) **(Anexos IV e V)**.

CONFRONTAÇÕES DAS PARCELAS

Parcela n.º 1

Norte – Av. João Crisóstomo

Sul – Prédio cedido em Direito Superfície ao IST

Nascente e Poente – CML

Parcela n. 2

Norte – Av. João Crisóstomo

Sul, Nascente e Poente – CML

Parcela n.º 3

Norte – Prédio cedido em Direito Superfície ao IST

Sul, Nascente e Poente – CML

Parcela n.º 4

Norte – Av. João Crisóstomo

Sul e Nascente – CML

Poente – Prédio cedido em Direito Superfície ao IST

CONFRONTAÇÕES DO DIREITO DE SUPERFÍCIE AMPLIADO

Norte – Av. João Crisóstomo

Sul, Nascente e Poente – CML

TERMOS E CONDIÇÕES DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

A ampliação ao contrato do Direito de Superfície a favor do Instituto Superior Técnico (IST), objeto da presente proposta, fica subordinada às seguintes condições de acordo, mantendo-se em tudo o mais o anteriormente previsto no contrato outorgado a 11 de julho de 2013.

PRIMEIRA

- 1.A Parcela n.º 2 identificada a cor azul na Planta n.º 18/004/DMGP é cedida ao IST para a construção de um Posto de Transformação.
- 2.As parcelas n.ºs 1, 3 e 4, identificadas a cor azul na Planta n.º 18/004/DMGP, são cedidas ao IST em subsolo, mantendo-se o uso público à superfície, ficando o Instituto com a obrigação de fazer a sua manutenção e conservação.
- 3.A Parcela n.º 4 é apenas destinada a infraestruturas enterradas, numa área total de 545m².
- 4.O IST fica, ainda, obrigado a realizar os arranjos exteriores, das parcelas assinaladas a orla verde na Planta n.º 18/004/DPSVP, consideradas como áreas *non aedificandi*, responsabilizando-se pelo projeto e construção do jardim envolvente ao edifício da Gare, bem como do acesso ao espaço para serviços de proteção civil.

SEGUNDA

Nos termos do projeto de arquitetura aprovado - Processo n.º 1235/EDI/2015 – são fixadas as áreas mencionadas na Cláusula Sexta do contrato de constituição do direito de superfície de 11 de julho de 2013, para o Posto Avançado do Regimento de Sapadores Bombeiros: área bruta de construção 711,64m², que inclui 52,46m² de terraço do piso “2” e 28,20m² no piso “1”.

JUSTIFICAÇÃO DE VALOR

ADITAMENTO À AVALIAÇÃO EFECTUADA EM OUTUBRO DE 2012 DE UM EDIFÍCIO MUNICIPAL, A CEDER EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE AO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO, DENOMINADO POR “ANTIGA GARE DO ARCO DO CEGO”, SITO NO JARDIM DO ARCO DO CEGO

1 – Introdução

Pretende-se complementar a avaliação efetuada em Outubro de 2012 para a determinação do Valor atual do Direito de Superfície pela cedência ao Instituto Superior Técnico de um edifício denominado por “Gare do Arco do Cego”, integrado num quarteirão constituído pelo Jardim do Arco do Cego, delimitado pelas avenidas Duque de Ávila, João Crisóstomo, Defensores de Chaves e pela Rua Dona

Filipa de Vilhena, em função quer da nova área de terreno, quer da nova volumetria prevista no Processo n.º 1235/EDI/2015.

Relembra-se que se trata de um típico edifício industrial do final do século XIX e que a cedência em regime de direito de superfície tem em vista a reabilitação do espaço assim como da respetiva envolvente de forma a dotar a zona de um equipamento com diversos espaços para utilização da comunidade estudantil e universitária.

Mantem-se o mesmo critério utilizado ou seja a valorização do mesmo corresponde unicamente ao valor do terreno para construção atendendo a que o edifício se encontra em avançado estado de degradação, sem quaisquer paredes interiores e apenas com parte das paredes exteriores, impossibilitado de qualquer utilização com exceção da atual utilização para parque de estacionamento de automóveis.

2 – Considerações e Pressupostos

Características atuais (fls. 580 e 1201 do Processo 1235/EDI/2015):

- Área total das parcelas de terreno = 4.975 m²

- Área de implantação do edifício = 4.205,12 m²

	IST		RSB	
Piso	Área bruta privativa (m ²)	Área bruta dependente (m ²)	Área bruta privativa (m ²)	Área bruta dependente (m ²)
-1		1.271,60		
0	2.779,87	211,36	357,18	
1	850,60		273,80	28,20
2				52,46
Totais	3.630,47	1.482,96	630,98	80,66
Totais	5.113,43		711,64	

Está ainda previsto que seja cedido ao Município de Lisboa o espaço para o Posto Avançado do Regimento de Sapadores Bombeiros com uma área bruta de 711,64 m² (inclui 52,46 m² de terraço no piso “2” e 28,20 no piso “1”), ficando a construção do mesmo por conta do superficiário.

Estima-se ainda para o custo desta construção, que reverterá para uso e utilização do Município um valor unitário de 750 €/m² de construção.

3 - Metodologia

A determinação do Valor do Direito de Superfície é efetuada com recurso à fórmula definida pela proposta n.º 96/92 aprovada em 18/03/92:

$$VS = VM \times b \times n / 100,$$

em que:

VM – valor de mercado

n – prazo do direito de superfície (50 anos)

b – bonificação (b= 1)

Para o cálculo do Valor de Mercado vai utilizar-se as regras definidas no CIMI para a determinação do valor patrimonial dos terrenos para construção.

Em conformidade tem-se que o cálculo é efetuado com recurso à seguinte fórmula:

$$Vt = Vc \times [(Abc - Ab + Ab \times 0,3) \times Caj \times \%ai + Ac \times 0,025 + Ad \times 0,005] \times Ca \times Ci$$

em que:

Vt = valor patrimonial tributário

Vc = valor base dos prédios edificados (art.º 39º do CIMI)

Abc = área bruta de construção, integrada da área bruta dependente, prevista ou autorizada para a parcela de terreno a alienar (art.º 40º do CIMI)

Ab = área bruta dependente prevista ou autorizada para a parcela de terreno a alienar (art.º 40º do CIMI)

Caj = coeficientes de ajustamento de áreas (art.º 40º-A do CIMI)

%ai = percentagem da área de implantação, variando entre 15 a 45% do valor as edificações previstas ou autorizadas (art.º 42º do CIMI)

Ac = área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação (art.º 40 do CIMI)

Ad = área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação (art.º 40 do CIMI)

Ca = coeficiente de afetação (art.º 41º do CIMI)

Cl = coeficiente de localização (art.º 42º do CIMI)

O valor apurado de acordo com as regras estipuladas no Código do CIMI será corrigido para mais 20% a fim de o aproximar a valores de mercado.

Assim tem-se:

$$VM = Vt \times 1,20$$

em que:

VM = valor de mercado da parcela de terreno municipal

4 - Valorização

4.1 – Determinação do Valor de Mercado

Aplicando as regras atrás referidas tem-se:

$$Vt = Vc \times [(Abc - Ab + Ab \times 0,3) \times Caj \times \%ai + Ac \times 0,025 + Ad \times 0,005] \times Ca \times Cl$$

$$Vt = 603,00 \times [(100 + 400 \times 0,90 + 500 \times 0,85 + 3.075,358 \times 0,80) \times 0,35 + 769,88 \times 0,025] \times 0,80 \times 2,60 = 1.492.670 \text{ €}$$

Resulta assim um Valor de Mercado de:

$$VM = Vt \times 1,20$$

$$VM = 1.492.670 \text{ €} \times 1,20 = \mathbf{1.791.000 \text{ €} (493 \text{ €/m}^2 \text{ bruta privativa)}$$

4.2 – Determinação do Valor do Direito de Superfície

Aplicando a fórmula referida no capítulo 4 e considerando um prazo de 50 anos para a cedência do direito de superfície e a inexistência de bonificação tem-se:

$$VS = VM \times b \times n / 100$$

$$VS = 1.791.000 \text{ €} \times 1 \times 50 / 100 = \mathbf{895.500 \text{ €}}$$

4.3 – Determinação do custo da construção do espaço para o PSA

Área de construção (área bruta privativa): 630,98 m²

Custo unitário de construção com encargos diretos e indiretos: 750 €/m² área bruta de construção

Custo total: **473.000 €**

5 - Conclusão

Valor de Mercado: 1.791.000 €

Valor do Direito de Superfície (50 anos): 895.500 €

Custo da construção do espaço para o PSA: 473.000 €

ANEXOS:

I – Escritura de Constituição Direito de Superfície datada 11 de julho de 2013

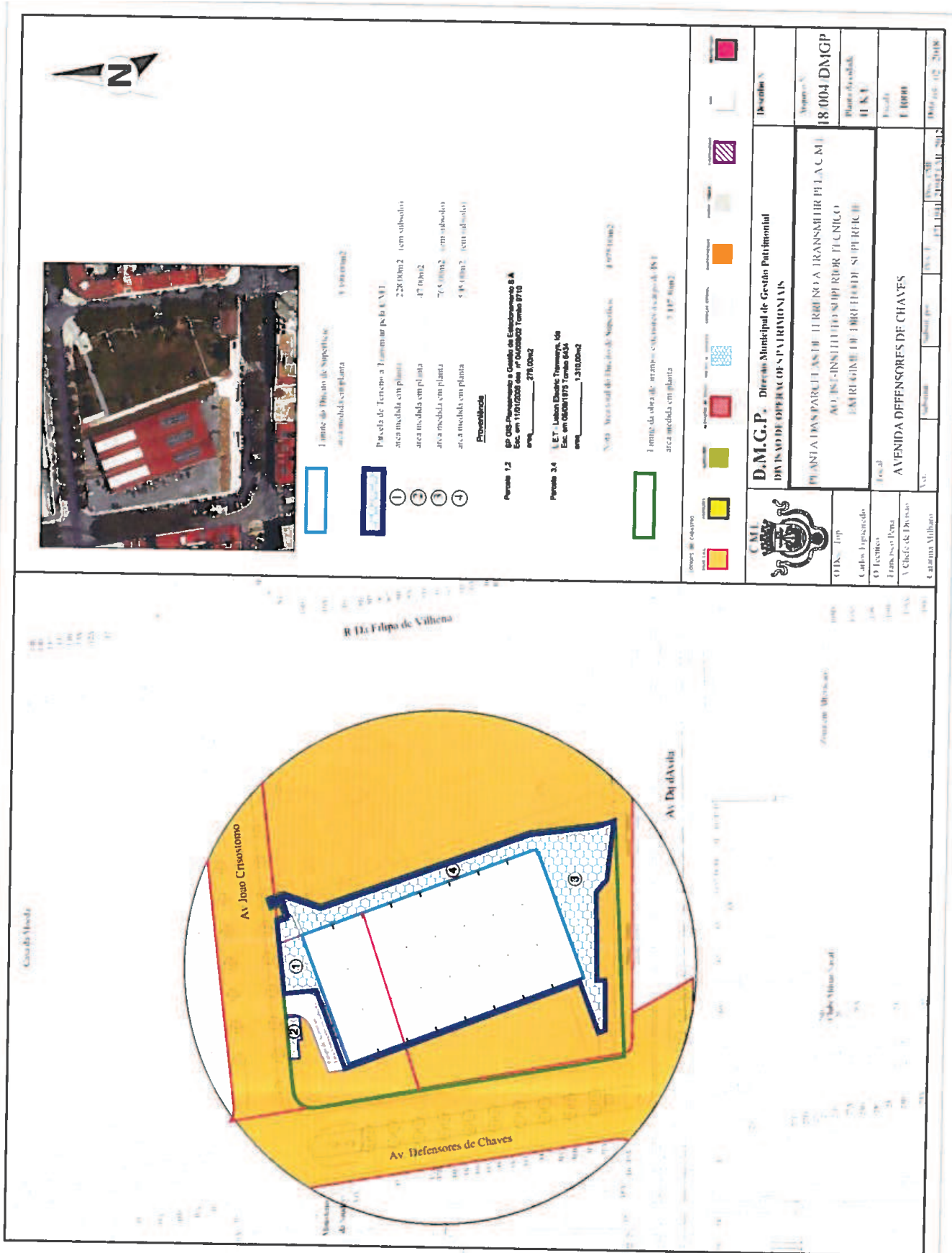
II – Proposta n.º 602/2012

III – Proposta n.º 196/2017

IV – Planta n.º 18/004/DMGP

V – Certidões Prediais

(Processo n.º 21947/CML/12-2.ºvolume.)



Conservatória do Registo Predial de
Lisboa

Freguesia São Jorge de Arroios

2161/20050121



Certidão On-line

Código de acesso: 4253/2018

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

SITUADO EM: S. Jorge de Arroios
Av. João Crisóstomo

ÁREA TOTAL: 1852,95 M2

VALOR TRIBUTÁVEL: 9.357,45 Euros

TRIZ n.º: 2171

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Parcela de terreno destinada a Parque de Estacionamento CONFRONTA: NORTE- Av. João Crisóstomo; SUL e NASCENTE- do- minio privado municipal; POENTE- Av. Defensores de Chaves Desanexado do prédio n.º 2082/20040324 Arroios.

Desanexada uma parcela de terreno com a área de 643 m2, que anexada a uma parcela com a área de 643 m2 do prédio 2082 da freguesia de São Jorge de Arroios, de 28 m2 do prédio 6169 e de 742 m2 do prédio 6056, ambos da freguesia de São Sebastião da Pedreira, entre si contíguas, vão formar o prédio 6183/São Sebastião da Pedreira.

Área não atualizada.

Desanexada uma parcela de terreno com a área de 836 m2 que anexada a uma parcela com a área de 2554 m2 do prédio 2082/São Jorge de Arroios, vão formar o prédio 3994/São Jorge de Arroios.

Área não atualizada.

O(A) Adjunto(a) do Conservador(a)
Bárbara Solange de Matos Ferreira Barreto

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 14 de 2004/03/24 - Aquisição

CAUSA : Transmissão

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Sede: Largo do Município

Localidade: Lisboa

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** LET- LISBON ELECTRIC TRAMWAYS,LTD

(Respeita ao prédio 2082/200403240 de Arroios)

O Ajudante Principal
João Armando Freitas Castro

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

C.R.P. Lisboa

www.predialonline.mj.pt

Informação em Vigor

2018/02/01 16:43:29 UTC

Página - 1 -

www.casapronta.mj.pt

Conservatória do Registo Predial de
Lisboa

Freguesia São Jorge de Arroios

2161/20050121



Certidão On-line

Código de acesso: 78905/2017

DESCRIÇÃO EM LIVRO:

N.º 1937, Livro N.º: 16

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

SITUADO EM: S. Jorge de Arroios

Rua Arco do Cego, n.º 15, 15-A e 15-B ; Av.º Duque de Ávila, n.º 12 e Av.º João Crisóstomo

ÁREA TOTAL: 12711,52 M2

ÁREA COBERTA: 7400,3 M2

ÁREA DESCOBERTA: 5311,22 M2

VALOR TRIBUTÁVEL: 3.329.508,93 Euros

MATRIZ n.º: 2057

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Estação de recolha de Autocarros com edifícios Destacados 1 852,95 m2 que vão constituir a descrição 2161/20050121 de Arroios

Área atualizada.

Desanexada uma parcela de terreno com a área de 643 m2, que anexada a uma parcela com a área de 643 m2 do prédio 2161 da freguesia de São Jorge de Arroios e de 28 m2 do prédio 6169 e de 742 m2 do prédio 6056 ambos da freguesia de São Sebastião da Pedreira, entre si contíguas, vão formar o prédio 6183/São Sebastião da Pedreira.

Área não atualizada.

Desanexada uma parcela de terreno com a área de 2554 m2 que anexada a uma parcela com a área de 836 m2 do prédio 2161/São Jorge de Arroios, vão formar o prédio 3994/São Jorge de Arroios.

Área não atualizada.

O(A) Adjunto(a) do Conservador(a)
Bárbara Solange de Matos Ferreira Barreto

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 14 de 2004/03/24 - Aquisição

CAUSA : Transmissão

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Sede: Largo do Município

Localidade: Lisboa

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** LET- LISBON ELECTRIC TRAMWAYS, LTD

Conservatória do Registo Predial de
Lisboa

Freguesia São Jorge de Arroios

2082/20040324

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

O Ajudante Principal
João Armando Freitas Castro

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

Nota: Os anexos não publicados encontram-se arquivados na DACM.

DELIBERAÇÃO Nº 112/AML/2018

Proposta n.º 61/CM/2018 – Protocolo entre o Município de Lisboa e as Freguesias do Areeiro e de Campo de Ourique laureadas com os 2.º e 3.º prémio de Mérito Desportivo, no âmbito do Programa Olisipíadas do ano 2016, respetiva minuta de Protocolo e transferência de verbas, nos termos da mesma

Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro

Aprovada por Unanimidade

PROPOSTA N.º 61 /2018

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a celebração de Protocolo entre o Município de Lisboa e as Freguesias do Areeiro e de Campo de Ourique laureadas com os 2.º e 3.º prémios de Mérito Desportivo, no âmbito do Programa Olisipíadas do ano 2016, bem como aprovar a respetiva minuta de Protocolo e transferência de verbas.

Pelouro: Desporto (Vereador Duarte Cordeiro)

Serviços: Departamento da Atividade Física e do Desporto (DAFD)

Considerando que:

- 1.** Os Jogos da Cidade de Lisboa tiveram a sua primeira edição em 1987. Durante 15 anos foram milhares os jovens que participaram numa competição que marcou, de forma determinante, o plano desportivo da cidade de Lisboa;
- 2.** O entendimento da prática desportiva como fator de desenvolvimento educativo e social, bem como pilar de um estilo de vida saudável, essencial para a qualidade de vida, a saúde e bem-estar, levou a Câmara Municipal de Lisboa a considerar essencial o regresso destes Jogos à cidade de Lisboa;
- 3.** No ano de 2014 foi assinalado o regresso dos Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa, com uma nova designação – “OLISIPÍADAS” – e um novo paradigma;
- 4.** O modelo adotado para as “OLISIPÍADAS” pretendeu afirmar a nova organização administrativa da cidade, promovendo a representação de cada uma das freguesias em todas as provas

desportivas a realizar, bem como o envolvimento das freguesias, enquanto entidades organizadoras e parceiras, salvaguardando, assim, o maior número de jovens participantes;

5. Este modelo prevê que as Juntas de Freguesia organizem a fase local dos Jogos, promovendo a seleção da sua representação na fase final, de acordo com critérios estabelecidos;
6. A Câmara Municipal de Lisboa, em parceria com Federações e Associações de cada Modalidade, e com o apoio das Juntas de Freguesia, organiza a fase final das Olisipíadas;
7. O Regimento Geral das Olisipíadas, (despacho n.º 20/JM/2014, publicado no Boletim Municipal n.º 1085, de 4 de dezembro de 2014), consignou a atribuição de reconhecimentos e prémios de espírito desportivo às Juntas de Freguesia, escolas e participantes desta iniciativa;
8. Posteriormente, no Regimento de Atribuição de Prémios de Mérito das Olisipíadas (despacho n.º 32/P/2016, publicado no Boletim Municipal n.º 1152, de 17 de março), se consagraram os critérios e indicadores, bem como as fórmulas de atribuição e valores monetários dos referidos prémios;
9. De acordo com deliberações posteriores da Comissão Organizadora (ata da reunião de 31 de janeiro de 2015 e 10 de novembro de 2015), enquadradas no âmbito do artigo 9.º do Regimento de Atribuição de Prémios de Mérito das Olisipíadas, epigrafado «casos Omissos», a atribuição dos mesmos às Juntas de Freguesia participantes, e a aplicação das correlativas verbas atribuídas encontra-se condicionada, em exclusivo, à construção, conservação e recuperação de instalações desportivas municipais e/ou aquisição de material e equipamento desportivo;
10. Dando cumprimento ao estabelecido no Regimento Geral das Olisipíadas e de acordo com o Relatório Fase Final das Olisipíadas 2.ª edição 2015/2016, com data de 7 de julho de 2016, apurou-se o seguinte:
 - a) Junta de Freguesia de Alcântara – 1.º Lugar - € 30.000,00 (trinta mil euros);
 - b) Junta de Freguesia do Areeiro – 2.º Lugar – € 15.000,00 (quinze mil euros);
 - c) Junta de Freguesia de Campo de Ourique – 3.º Lugar – € 8.000,00 (oito mil euros);
 - d) Junta de Freguesia de Arroios – 4.º lugar – € 3.000,00 (três mil euros);
 - e) Junta de Freguesia de Alvalade – 5.º lugar – € 3.000,00 (três mil euros);
 - f) Junta de Freguesia de Olivais – 6.º lugar – € 3.000,00 (três mil euros);
 - g) Junta de Freguesia de Ajuda – 7.º lugar – € 3.000,00 (três mil euros);

- h)** Junta de Freguesia de Marvila – 8.º lugar – € 3.000,00 (três mil euros);
- i)** Junta de Freguesia de São Domingos – 9.º lugar – (não atingiu os critérios mínimos para Atribuição de Prémio, nos quatro critérios definidos para o efeito);
- j)** Junta de Freguesia de Belém – 10.º lugar – (não atingiu os critérios mínimos para Atribuição de Prémio, nos quatro critérios definidos para o efeito);
- k)** Junta de Freguesia de São Vicente – 11.º lugar – € 3.000,00 (três mil euros);

- 11.** Por via da execução da Proposta n.º 742/2016, aprovada por unanimidade no órgão executivo e no órgão deliberativo, publicada no Boletim Municipal n.º 1200, de 16 de fevereiro de 2017, procedeu-se à transferência dos valores para as Juntas de Freguesias premiadas, à exceção do 2.º e 3.º lugares atribuídos respetivamente à Junta de Freguesia do Areeiro e Junta de Freguesia de Campo de Ourique.
- 12.** A deliberação não considerou a transferência de verba relativa ao 2.º e 3.º prémios, atribuídos respetivamente à Junta de Freguesia do Areeiro e Junta de Freguesia de Campo de Ourique, porquanto existiam acordos institucionais entre o Município e o Montepio Geral – Associação Mutualista e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- 13.** Efetivamente, o valor referente ao segundo prémio atribuído à Junta de Freguesia de Areeiro resultava de um Protocolo entre o Município e o Montepio Geral - Associação Mutualista e o valor relativo ao 3.º prémio de um Protocolo entre o Município e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- 14.** Tais acordos decorrem da Deliberação n.º 333/CM/2016, publicada no Boletim Municipal n.º 1168 de 7 de julho de 2016;
- 15.** É de ressaltar que, nos termos das regras orçamentais, a receita entrada na Câmara Municipal de Lisboa, independentemente da sua proveniência, não é afeta a determinada unidade orgânica ou programa municipal;
- 16.** Ora, quer a Junta de Freguesia do Areeiro, quer a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, não puderam ainda proceder à aplicação das correlativas verbas atribuídas que encontra condicionada, em exclusivo, à construção, conservação e recuperação de instalações desportivas municipais e/ou aquisição de material e equipamento desportivo, uma vez que a Câmara não procedeu à respetiva transferência;
- 17.** Para esse efeito, as Juntas de Freguesia deverão apresentar à Câmara Municipal de Lisboa os projetos para aplicação das verbas atribuídas, desiderato que será cumprido pelas Juntas de Freguesia em causa, nos 30 (trinta) dias subsequentes à outorga do Protocolo decorrente desta proposta;

- 18.** O valor global referente a estes dois prémios de mérito (2.º e 3.º lugar), em particular, a atribuir às Juntas de Freguesia em referência, ascende a € 23.000,00 (vinte e três mil euros);
- 19.** Nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal *deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações*;
- 20.** Competindo à Câmara Municipal de Lisboa apresentar as propostas que são da competência da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deste modo, tenho a honra de propor que a Câmara delibere, nos termos das disposições conjugadas da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e do artigo 121.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei, aprovar submeter à Assembleia Municipal:

1. Autorização para celebração de um Protocolo entre o Município de Lisboa e as Freguesias constantes do mapa *infra*, no âmbito da atribuição dos prémios (2.º e 3.º lugar) de Mérito do Programa Olisipíadas 2016;
2. Autorizar as transferências de verbas para as referidas Freguesias, nos seguintes termos:

Junta de Freguesia	Prémio	Valor
Areeiro	2.º lugar	€ 15.000,00
Campo de Ourique	3.º lugar	€ 8.000,00
Total		€ 23.000,00

Verbas com enquadramento orçamental na Rubrica Económica 08.05.01.01.01 (atribuição de prémios de mérito desportivo), no Plano de Atividades C4.P009.04, da orgânica L21.02 com o cabimento n.º;

3. Aprovação da respetiva minuta de Protocolo a celebrar entre o Município de Lisboa e as Freguesia *supra* identificadas, e que faz parte integrante da presente proposta.



61

PROTOCOLO N.º/CML/DAFD/2018

Município de Lisboa

E

Freguesia de.....

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representado pelo senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Dr. Duarte Cordeiro, com competência delegada e subdelegada através do Despacho n.º 99/P/17, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1240, de 23 de novembro de 2017, e adiante designado por **Primeira Outorgante**,

E

FREGUESIA DE, pessoa coletiva n.º, com sede, concelho de Lisboa, aqui representada pelo Presidente da Junta de Freguesia,, com poderes para intervir no ato, e adiante designada por **Segunda Outorgante**,

Considerando que:

1. Os Jogos da cidade de Lisboa tiveram a sua primeira edição em 1987 com a designação de Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa. Durante 15 anos foram milhares os jovens que participaram numa competição que marcou de forma determinante o plano desportivo da cidade de Lisboa;
2. O entendimento da prática desportiva como fator de desenvolvimento educativo e social, bem como pilar de um estilo de vida saudável, essencial para a qualidade de vida, a saúde e bem-estar, leva a Câmara Municipal de Lisboa e as entidades parceiras a considerarem estes Jogos como fundamentais para a articulação de uma agenda pró ativa de políticas de prevenção e desenvolvimento de cuidados primários regulares dirigidos a todos, mas com especial incidência nos grupos etários mais vulneráveis, como as crianças e os jovens;
3. O modelo proposto para o regresso dos Jogos - "OLISIPÍADAS" - pretende afirmar a nova organização administrativa da cidade, promovendo a representação de cada uma das freguesias em todas as provas desportivas a realizar;
4. Com este conceito se pretende que todas as freguesias da cidade de Lisboa sejam envolvidas enquanto entidades organizadoras e parceiras dos Jogos, salvaguardando o maior número de jovens participantes em cada uma das freguesias existentes;



5. As Juntas de Freguesia organizam a fase local dos Jogos, promovendo a seleção da sua representação na Fase Final, de acordo com critérios estabelecidos;
6. A Câmara Municipal de Lisboa, em parceria com Federações e Associações de cada Modalidade, organiza com o apoio das Juntas de Freguesia a Fase Final das Olisipiadas;
7. Dando cumprimento ao estabelecido no Regimento Geral das Olisipiadas e de acordo com o Relatório Fase Final das Olisipiadas 2.ª edição 2015/2016, com data de 7 de julho de 2016, apurou-se o seguinte:
 - a) Junta de Freguesia de Alcântara – 1.º Lugar - € 30.000,00 (trinta mil euros);
 - b) Junta de Freguesia do Areeiro – 2.º Lugar – € 15.000,00 (quinze mil euros);
 - c) Junta de Freguesia de Campo de Ourique – 3.º Lugar – € 8.000,00 (oito mil euros);
 - d) Junta de Freguesia de Arroios – 4.º lugar – € 3.000,00 (três mil euros);
 - e) Junta de Freguesia de Alvalade – 5.º lugar – € 3.000,00 (três mil euros);
 - f) Junta de Freguesia de Olivais – 6.º lugar – € 3.000,00 (três mil euros);
 - g) Junta de Freguesia de Ajuda – 7.º lugar – € 3.000,00 (três mil euros);
 - h) Junta de Freguesia de Marvila – 8.º lugar – € 3.000,00 (três mil euros);
 - i) Junta de Freguesia de São Domingos – 9.º lugar – (não atingiu os critérios mínimos para Atribuição de Prémio, nos quatro critérios definidos para o efeito);
 - j) Junta de Freguesia de Belém – 10.º lugar – (não atingiu os critérios mínimos para Atribuição de Prémio, nos quatro critérios definidos para o efeito);
 - k) Junta de Freguesia de São Vicente – 11.º lugar – € 3.000,00 (três mil euros);
8. Por via da execução da Proposta n.º 742/2016, aprovada por unanimidade no órgão executivo e no órgão deliberativo, publicada no Boletim Municipal n.º 1200, de 16 de fevereiro de 2017, procedeu-se à transferência dos valores para as Juntas de Freguesias premiadas, à exceção do 2.º e 3.º lugares atribuídos respetivamente à Junta de Freguesia do Areeiro e Junta de Freguesia de Campo de Ourique;
9. A deliberação não considerou a transferência de verba relativa ao 2.º e 3.º prémio, atribuídos respetivamente à Junta de Freguesia do Areeiro e Junta de Freguesia de Campo de Ourique, porquanto existiam acordos institucionais com o Montepio Geral – Associação Mutualista e com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
10. Efetivamente, o valor referente ao segundo prémio atribuído à Junta de Freguesia de Areeiro resultava de um Protocolo entre o Município e o Montepio Geral - Associação Mutualista e o valor relativo ao 3.º prémio de um Protocolo entre o Município e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
11. Tais acordos decorrem da Deliberação n.º 333/CM/2016, publicada no Boletim Municipal n.º 1168 de 7 de julho de 2016;
12. Ora, quer a Junta de Freguesia do Areeiro, quer a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, não puderam ainda proceder à aplicação das correlativas verbas atribuídas que encontra condicionada, em exclusivo, à construção, conservação e recuperação de instalações



desportivas municipais e/ou aquisição de material e equipamento desportivo, uma vez que a Câmara não procedeu à respectiva transferência;

13. Para esse efeito, as Juntas de Freguesia deverão apresentar à Câmara Municipal de Lisboa os projetos para aplicação das verbas atribuídas, desiderato que será cumprido nos 30 (trinta) dias após a outorga do presente protocolo;
14. Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
15. No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal, o Município de Lisboa e as Freguesias supra referenciadas pretendem contratualizar, por via de um Protocolo, a transferência dos valores supra referenciados para proceder, de acordo com o Regimento Geral das Olisipíadas, o Regimento de Atribuição de Prémios de Mérito das Olisipíadas e atas da Comissão Executiva, à construção, recuperação de instalações desportivas municipais e ou aquisição de material e equipamento desportivo;
16. A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;

É celebrado o presente Protocolo, nos termos e para os efeitos previstos na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, na alínea j), do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º e do artigo 121.º da Lei n.º 75.º, de 12 de setembro e publicado em anexo I à mesma lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira (Objeto)

Pelo presente Protocolo, a **Primeira Outorgante** atribui à **Segunda Outorgante**, que aceita, no âmbito do Regimento Geral das Olisipíadas e do Regimento dos Prémios de Mérito das Olisipíadas a verba no valor de.....(extenso), correspondente ao.....lugar da Classificação dos Prémios de Mérito atribuídos às Juntas de Freguesia na 2.ª edição das Olisipíadas – 2016.

Cláusula Segunda (Aplicação da verba atribuída)

1. A verba prevista na cláusula anterior tem como objetivo a melhoria das condições para a prática física e desportiva na cidade devendo ser obrigatoriamente aplicada na construção, recuperação de instalações desportivas municipais e ou aquisição de material e equipamento desportivo.
2. Os projetos de aplicação da verba deverão ser apresentados pela Junta de Freguesia à Câmara Municipal de Lisboa 30 (trinta) dias após a celebração do presente Protocolo.



Cláusula Terceira **(Competências da Primeira Outorgante)**

Competirá à **Primeira Outorgante**:

- a) Transferir para a **Segunda Outorgante** a verba melhor identificada na **Cláusula Primeira**;
- b) Acompanhar a execução do presente Protocolo mediante a apreciação das informações e elementos facultados pela **Segunda Outorgante**.

Cláusula Quarta **(Obrigações da Segunda Outorgante)**

Compete à **Segunda Outorgante**:

- a) Apresentar à Câmara Municipal de Lisboa 30 (trinta) dias após a celebração do presente Protocolo, os projetos devidamente orçamentados de aplicação em concreto da verba recebida;
- b) No caso de se tratar de projeto de obra, proceder à realização da empreitada de obra pública de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, no âmbito da sua orgânica interna e em conformidade com o disposto neste Protocolo;
- c) Informar por escrito a **Primeira Outorgante** (Departamento da Atividade Física e do Desporto) de quaisquer elementos que considere relevantes para o projeto de aplicação da verba recebida;
- d) Cooperar com a **Primeira Outorgante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente Protocolo, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- e) Apresentar relatórios parciais, caso se justifique, e relatório final de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos, ou aquisições efetuadas no âmbito do objeto do presente Protocolo;
- f) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Outorgante** no âmbito do presente Protocolo;
- g) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente Protocolo.

Cláusula Quinta **(Recursos Financeiros)**

1. Os recursos financeiros necessários previstos no presente Protocolo são fixados no montante global de €00 (..... euros), os quais deverão ser transferidos pela **Primeira Outorgante** para a **Segunda** após a respetiva outorga, no seguimento da aprovação da minuta do presente Protocolo pelos órgãos competentes.

Cláusula Sexta **(Auditoria e Fiscalização da Execução do Contrato)**



1. A execução do objeto do presente Protocolo fica sujeita a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Outorgante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente Protocolo será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, promoverão, caso necessário, reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizarão visitas ao local, caso aplicável, nomeadamente se se tratar de obra, a que se refere o Protocolo.

Cláusula Sétima **(Modificação, Revogação e Resolução)**

1. O presente Protocolo pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Protocolo pode ser modificado, unilateralmente, por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou alteração anormal das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Protocolo pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
 - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos **Outorgantes**;
 - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

Cláusula Oitava **(Entrada em Vigor e Período de Vigência)**

1. O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura pela Partes e vigorará pelo período coincidente com a duração do presente mandato da Câmara Municipal de Lisboa.
2. Se a duração do presente mandato for inferior a 2 (dois) anos, o presente Protocolo vigorará até perfazer o período de 2 (dois) anos de vigência.

Cláusula Nona **(Disposições Finais)**

Nos termos do n.º 3, do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ao presente Protocolo foi atribuído compromisso número e a Declaração de Fundos Disponíveis (DFD) número/2018.

Depois de lido em voz alta, as Partes Outorgantes declararam ter plena noção e compreensão do seu conteúdo, sendo claro para ambas os direitos e deveres de cada uma das partes, como tal, vai ser assinado.

O presente Protocolo foi celebrado em Lisboa, em de de 2018, ficando cada uma das partes outorgantes na posse de um exemplar.

A Primeira Outorgante
O Vereador do Pelouro do Desporto



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
GABINETE DO VEREADOR DUARTE CORDEIRO

(Duarte Cordeiro)

A Segunda Outorgante
O/A Presidente da Junta de Freguesia de

(.....)

Tema 1 - Finanças, Património, Recursos Humanos e Descentralização

Subtema: Finanças

DELIBERAÇÃO Nº 113/AML/2018

Recomendação nº 14/01 – Resultante do Parecer da 1ª Comissão Permanente “Sobre a Proposta 61/CM/2018 – Protocolo entre o Município de Lisboa e as Freguesias do Areeiro e de Campo de Ourique laureadas com os 2º e 3º prémio de Mérito Desportivo (Olisipíadas 2016)”

Subscrita pela 1ª Comissão Permanente

Aprovada por Unanimidade

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

“Recomendar à Câmara Municipal que os relatórios de execução especificados no Protocolo sejam remetidos a esta Assembleia, no quadro das suas tarefas de acompanhamento e fiscalização.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009240,000417/index.htm>)

Publica-se às 5.as-feiras

ISSN: 0873-0296 **Depósito Legal n.º** 76 213/94 **Tiragem** 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt